



ROCHELE ZANDALU/SECOM

Arte para ficar

Acervo Depois de seis anos, o projeto *Et Alii - acervo, documentação e pesquisa em artes* sai do papel e dá os primeiros passos com vistas à manutenção de acervos pessoais de música, artes visuais e teatro. Como órgão auxiliar

do Instituto de Artes da UFRGS, sua primeira fase inclui a mostra em cartaz no Centro Cultural, no Câmpus Centro, com objetos de Alfredo Nicolaiewsky, Anico Herskovits, Mário Röhnelt e Paulo Gomes. Depois disso, o projeto prevê

a digitalização e a catalogação dos mais de 4 mil itens que hoje se encontram dispersos nas residências desses quatro artistas visuais que vivem e trabalham em Porto Alegre. **CadernoJU**

EMATER/RS-ASCAR



MEIO RURAL

Saberes diversos

Quilombo em Mostardas mantém práticas agrícolas que remontam a suas origens. Tal conhecimento é preservado no curso desenvolvido em parceria entre UFRGS e Emater para capacitar profissionais. **P7**

Complexo alimentar

A articulação e as relações de confiança entre agricultores e consumidores pode trazer transformações na realidade agroalimentar. É o que defende o artigo da agrônoma Flávia Charão Marques. **P4**

Ambiente e saúde

Pesquisadores discutem a utilização e a regulamentação de pesticidas nas lavouras. O tema voltou ao debate com a aprovação do "PL do Veneno" em comissão especial da Câmara dos Deputados. **P5**

Cooperação agrária

Pela primeira vez traduzida para o português, obra do teórico russo Alexander Chayanov apresenta o cooperativismo como alternativa na organização social dos trabalhadores. **P12**

NICARÁGUA

Conflito interno

Desde abril deste ano, a violência policial do governo Ortega contra manifestantes na Nicarágua resultou em centenas de mortes, vitimando estudantes, trabalhadores e militantes de distintas tendências. Em artigo sobre a complexa situação do país, o historiador Mathias Seibel Luce defende uma saída negociada, respeitando o princípio da autodeterminação dos povos. **P10**

SAÚDE MENTAL

Apoio ao aluno

Grupo de trabalho oficialmente criado em agosto na UFRGS reunirá esforços para definir um protocolo para as situações que envolvem a saúde mental dos estudantes. Entre as ações previstas está a capacitação voltada para professores e para técnicos das comissões de graduação. O objetivo é aprimorar o reconhecimento de situações de risco e urgência. **P3**

CENTRO CULTURAL

Programação variada no Câmpus Central



GUSTAVO DIEHL/SECOM

P14

Luiz Vergara

Arte-educador diz que incêndio não foi só no Museu Nacional **P9**

Anos 60

Lembranças dos festivais de música da Arquitetura **P13**



Espaço da Reitoria

Celso Giannetti Loureiro Chaves
Pró-reitor de Pós-graduação

Um projeto de internacionalização

Em agosto, a UFRGS foi uma das universidades e institutos de pesquisa selecionados para o Projeto Institucional de Internacionalização – Print. Lançado pela Capes, no final de 2017, após consultas às instituições brasileiras para avaliar seus estágios de internacionalização, o edital tem foco específico na pós-graduação, com o objetivo de promover a mobilidade de docentes, discentes e pesquisadores entre instituições brasileiras e estrangeiras, num sistema de ida e vinda. A perspectiva era distinguir, no máximo, 40 instituições, pois a ideia não se destina a dar início a processos de internacionalização das instituições, mas sim busca consolidar as estratégias e parcerias de alto nível já existentes nesse âmbito. Por fim, foram escolhidas apenas 25 instituições, a UFRGS entre elas.

Em nossa Universidade, a proposta Print foi construída pelas pró-reitorias de Pós-graduação e de Pesquisa e pelas secretarias de Relações Internacionais e de Desenvolvimento Tecnológico. Os programas de pós-graduação foram chamados a se engajar na elaboração do projeto, uma vez definidos os temas nos quais ele se concentra. A partir de um diagnóstico metucioso das interações

da pós-graduação e da pesquisa com seus parceiros internacionais – em número e em temática – foram definidas oito “linhas agregadoras”. Essas atendem à determinação da Capes de que as instituições indicassem os seus temas prioritários para as ações de internacionalização, de acordo com as competências e áreas prioritárias de seus PPGs com conceitos 4, 5, 6 e 7.

As linhas agregadoras são: Desenvolvimento sustentável; Integração Steam (Ciência, Tecnologia, Engenharias, Artes e Matemática); Futuro do trabalho e novas tecnologias; Ciências da saúde; Energia do futuro; Cidades inteligentes; Cadeia de alimentação; e Formação de recursos humanos. Já em dezembro de 2017, esses temas foram compartilhados com os PPGs, sendo que mais de sessenta responderam ao desafio de colaborar para a proposta UFRGS, identificando suas linhas agregadoras de enquadramento, as atividades já feitas e em curso e, principalmente, destacando as metas de internacionalização do PPG e os benefícios e resultados esperados.

Nossa proposta está organizada em macroprojetos, com suas respectivas justificativas, objetivos, países-alvo e universidades estrangeiras

de interação, reunindo 96 macroprojetos de 65 programas de pós-graduação e contemplando fortemente 11 países: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, Espanha, Itália, Austrália, Portugal, Holanda e Bélgica. Outros 13 países também estão incluídos, embora com interações mais discretas. São 235 as universidades estrangeiras inseridas no Print, todas ranqueadas e com histórico de interação com a UFRGS. Destaque-se que, embora o foco do edital seja a interação sul-norte, a UFRGS dará prosseguimento às suas atividades de interação continental, não descurando de seus parceiros latino-americanos e africanos.

O Projeto Institucional de Internacionalização – Print é um incentivo à interação internacional de alto nível e vem somar-se à expertise da UFRGS em internacionalização. Com a seleção da proposta da Universidade ao edital da Capes/Print, espera-se (mais do que isso, prevê-se) que nos próximos quatro anos – tempo de duração do projeto – nossa visibilidade internacional crescerá ainda mais, bem como a produção pós-graduada e de pesquisa aumentará a velocidade e o alcance de seu impacto internacional.

XIV SALÃO DE ENSINO
XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XIX SALÃO DE EXTENSÃO
VIII FEIRA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
V SALÃO EDUFRGS
XIII SALÃO UFRGS JOVEM

www.ufrgs.br/salaoufrgs/

15 A 19
OUTUBRO
CAMPUS DO VALE

ARTE: ROSÂNE VIEIRA

Carta aos leitores

A universidade pública brasileira está outra vez na ordem do dia e há um trabalho leviano do jornalismo ao tentar buscar culpados para a principal tragédia nacional do ano – ou talvez da década, a história nos fará admitir com o tempo: o incêndio do Museu Nacional, que é administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É claro que as críticas são pertinentes, afinal perdemos um acervo inestimável e irrecuperável. Mas a quem devem ser direcionadas, afinal, essas críticas? A situação das universidades federais está longe de ser ideal há muito tempo no que se refere aos recursos destinados e ainda essa situação vem se agravando com significativos cortes de orçamento. Um evento dessa gravidade deve, no entanto, também nos servir para projetar novos rumos. Para contribuir com a reflexão sobre como tratamos de nosso patrimônio, trazemos nesta edição uma entrevista com o arte-educador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Luiz Guilherme Vergara.

Pensar sobre a manutenção de patrimônio se torna ainda mais relevante num momento crucial para a UFRGS: depois de seis anos, começa a concretizar-se o projeto do *Et Alii*, de conservação, documentação e guarda de acervos artísticos. Com a participação inicial

de quatro artistas visuais, pretende em breve expandir-se para acolher obras e documentos de outros nomes das artes, do teatro e da música. Para nós, do JU, é momento importante: na edição de abril de 2013 já havíamos trazido esse tema. Esperamos, agora e no futuro, seguir oferecendo insumos para que este e outros projetos importantes da Universidade avancem e se aprimorem.

Dentro dessa mesma perspectiva, trazemos a história dos festivais de música organizados por estudantes da Faculdade de Arquitetura no final dos anos 1960. Aproximamo-nos, de forma bastante modesta, das práticas da história oral e do registro da memória para deixar uma contribuição sobre outros tempos da Universidade.

Neste mês, a UFRGS sedia a 3ª Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada e este número do JU foi pensado para apresentar a Universidade àqueles que nos visitam. Há uma matéria sobre o uso de agrotóxicos; um artigo sobre produção de alimentos e alimentação; uma reportagem sobre uma interação da Universidade com a Emater-RS/Ascar; a apresentação de uma série de livros da Editora da UFRGS sobre agricultura; e um ensaio fotográfico com flagrantes da Estação Experimental Agronômica, situada em Eldorado do Sul.

Trazemos, ainda, dois textos que tratam de questões relativas à comunidade acadêmica. O primeiro apresenta uma iniciativa da Universidade para reconhecer situações de risco de suicídio, decorrentes de problemas de saúde mental entre os estudantes – tema que ganhou a imprensa local recentemente por conta de relatos vindos a público. Outro texto analisa uma possibilidade profissional para uma parte significativa de egressos dos cursos de doutoramento na Universidade, o estágio pós-doutoral. No texto, as angústias e os aprendizados desses futuros docentes e pesquisadores também abrem um lugar importante para a reflexão institucional: as pessoas e seus sentimentos – elementos muitas vezes silenciados por uma lógica extremamente produtivista e exigente.

Trazemos também um artigo sobre a contribuição intelectual de Barbosa Lessa – que já havia sido planejado antes da morte de seu parceiro de trabalho Paixão Côrtes, mas que agora constitui também um registro da perda para a cultura sul-rio-grandense. Compõem o restante da edição um texto sobre a situação da Nicarágua e uma entrevista com a experiência uruguaia nas políticas sobre produção e comércio de maconha.

Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sansaverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Felipe Raskin Cardon
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson Trindade Acosta, Isabel Gomes e Natalia Henkin
Estagiários Henrique Moretto e Lucas Borguetti
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.





Pela saúde mental do estudante

Apoio Grupo de Trabalho na Universidade busca promover estratégias de acolhimento aos alunos em situação de sofrimento emocional



GUSTAVO DIEHL/SECOM

A necessidade de compartilhar experiências e definir um protocolo para as situações que envolvem a saúde mental dos estudantes vem sendo debatida há algum tempo no Fórum das Comissões de Graduação (COMGRADs). Essa necessidade culminou na criação de um grupo de trabalho (GT) que teve sua atuação formalizada no último dia 9 de agosto através da Portaria nº 5.923/2018. Além de representantes das COMGRADs, integram o grupo professores e técnicos que atuam no campo da saúde na Universidade, muitos com experiência acumulada na área da saúde mental. De acordo com a coordenadora do GT, Cristina Rolim Neumann, já foram realizados seis encontros para delinear possíveis ações. “Fizemos inclusive uma reunião com a Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EDUFRGS), pensando em uma ação que envolva a sensibilização e a capacitação de docentes e técnicos sobre o tema”, relata.

Ao falar sobre a relevância da abordagem dessa temática para a Universidade, a professora do Departamento de Medicina Social identifica o sofrimento emocional como um fenômeno complexo e multifacetado, que não se restringe ao ambiente universitário e que requer séria reflexão. “A comunidade da UFRGS está inserida em uma sociedade mais ampla – que a partir de um conjunto de processos históricos, econômicos e sociais vem produzindo situações de maior isolamento das pessoas,

de exigência de uma carga de atividades excessiva, que não tolera as diferenças individuais, que não aceita eventuais fracassos que fazem parte da vida de todos nós”, contextualiza. Na avaliação da médica, na sociedade em geral, e na Universidade em particular, observa-se grande valorização da excelência, que muitas vezes sobrecarrega alunos e professores em termos de demandas cada vez maiores. “Os jovens universitários estão suscetíveis a toda forma de pressão e, por isso, ao sofrimento mental”, pondera.

Em 2013, outro grupo de trabalho havia realizado um levantamento das necessidades de saúde dos alunos e buscado mapear os recursos existentes na UFRGS. Entre eles, foi identificado o trabalho de acolhimento e orientação realizado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e voltado aos alunos vinculados ao programa de benefícios da assistência estudantil. O propósito do trabalho, segundo Cristina, é oferecer um suporte inicial ao estudante e auxiliá-lo na busca por serviços de saúde na rede externa. Outra ação de atendimento ao aluno ocorre no curso de Medicina, que atualmente acolhe cerca de 80 estudantes, oferecendo, entre outras ações, e de acordo com as necessidades, escuta, orientações e encaminhamento para tratamento. Ainda na Faculdade de Medicina, foi iniciado, em 2017, o grupo Fale Comigo, voltado para o acolhimento das situações de violência – incluindo o preconceito e o assédio no ambiente acadêmico. Há também a iniciativa

do Instituto de Psicologia, onde é oferecido serviço de atendimento psicológico aberto à comunidade que atende muitos alunos.

Uma das ações do GT será a sensibilização e a capacitação de docentes e técnicos para o reconhecimento de situações de risco e/ou urgências

Entre as estratégias previstas pelo GT Saúde Mental dos Discentes, Cristina relaciona algumas que estão sendo consideradas: 1) mapear a demanda através do levantamento dos casos que chegam às COMGRADs, à PRAE, à Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS e ao Departamento de Atenção à Saúde; 2) atuar com um enfoque positivo de promoção à saúde e de prevenção, inicialmente na prevenção do suicídio; 3) criar fluxos de ação para o atendimento das situações de sofrimento emocional e urgên-

cias em saúde mental que ocorrem dentro da Universidade, utilizando os recursos da própria instituição e da rede pública, otimizando as interfaces entre a UFRGS e o Sistema Único de Saúde; 4) desenvolver treinamentos para sensibilização e capacitação de multiplicadores em saúde mental, inicialmente voltados para professores e para técnicos das comissões de graduação, para o reconhecimento de situações de risco e/ou urgências; 5) criar um site onde estejam disponíveis recursos de instrução sobre situações que afetam a saúde mental do estudante (assédio, risco de suicídio, etc.) e estratégias de enfrentamento dessas.

Além da coordenação da professora Cristina, o grupo conta com mais dez integrantes: Andrea Fachel Leal (IFCH); Bruna Molina Leal (COMGRAD Ciências Biológicas); Flávia Wagner (Instituto de Psicologia); Giovana Freitas Bavaresco (PRAE); Leticia Prezzi Fernandes (PROGRAD); Lisia Von Dienen (Faculdade de Medicina); Manoela Horowitz Petersen (Clínica de Atendimento Psicológico); Marília Borges Hackmann (Departamento de Atenção à Saúde); Naiade Salinos Teles (DCE); e Thaís Ferrugem Sarmiento (PRAE). “A formalização [do GT] é muito importante, pois nossas ações dependem do apoio da instituição. Ficou claro para nós que este é um tema prioritário para a Administração Central da UFRGS, o que assegura o seu apoio a nós, um grupo ainda iniciando as suas atividades”, destaca Cristina.



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

Aprender uma língua, compartilhar vivências

Fundado em dezembro de 1993 pela professora Margarete Schlatter, o Programa de Português para Estrangeiros (PPE) é uma ação de extensão que promove cursos de língua portuguesa para falantes de outras línguas, auxilia os estudantes estrangeiros que estão realizando intercâmbio na UFRGS e também se coloca como um espaço de formação de professores. Atualmente, recebe entre 250 e 300 alunos por semestre, de mais de 45 países, com diferentes idades e objetivos.

Os estudantes buscam aperfeiçoar a língua portuguesa por meio de aulas ministradas pelos alunos de graduação do curso de Letras. A maioria deles faz parte de convênios entre a UFRGS e outras instituições, como é o caso de Ivo Liu, estudante da Universidade de Comunicação da China: “A cada ano os alunos que estudam português na nossa Universidade vêm para o Brasil, e os brasileiros que aprendem mandarim vão para lá”. O Programa também acolhe refugiados e pessoas sem vínculo com a Universidade.

Aqueles que já passaram pelo PPE, destacam que a parceria criada entre alunos e professores é o seu principal diferencial. Os estrangeiros que participam do curso interagem mais com o professor, e as conversas não ficam só na sala de aula. A estudante da China Olga Yang explica como é essa relação: “Na China, aluno é aluno e professor é professor, não são amigos; aqui, os professores são nossos amigos”.

Com os refugiados, o cuidado é redobrado. A equipe do PPE se preocupa com o dia a dia dos alunos e sua adaptação no novo país. Alexandra Soto, que é refugiada da Venezuela, se sente grata pela oportunidade de fazer parte do projeto: “Eu quero agradecer a UFRGS por acolher os estrangeiros, dar oportunidade pra eles de aprender um novo idioma e de criar uma família”.

Heloíse Bordin,
estudante do 4.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

Dia 21 de agosto, às 23h, na
UNITV, Canal 15 da NET POA,
e também ao vivo pela internet
através do site www.unitv.tv.br.



Produzir e comer, nossa política de cada dia

Flávia Charão Marques*

Há mais de 70 anos, a Segunda Guerra Mundial acabava, deixando como legado uma série de desafios para o Ocidente. Entre eles, a urgência em produzir alimentos em quantidade suficiente para suprir o mundo. Essa necessidade imperativa, associada à nova ordem geopolítica que se estabelecia e aos avanços tecnológicos que a própria guerra havia favorecido, resultou no que ficou conhecido mais tarde como 'revolução verde'. Grosso modo, essa corrida fez surgir um projeto de modernização dependente de inovações tecnológicas de ordem mecânica, química e biológica.

Uma vez institucionalizado, tal projeto legitimou, sob a égide do progresso, uma trajetória de desenvolvimento, que, para a produção de alimentos, significou o descarte e a deslegitimação das formas agrícolas locais e a opção pelo atrelamento da agricultura ao funcionamento das indústrias – de um lado aquelas que produziam as máquinas e os insumos e de outro as que processariam os alimentos.

De fato, em poucos anos, o mundo assistiu a um crescimento sem precedentes da produção agrícola, embora com ele tenha vindo também a dependência dos agroquímicos, o uso excessivo de combustíveis fósseis e a diminuição da biodiversidade.

O incentivo à produção em grande escala de algumas poucas espécies de grãos possibilitou o estabelecimento de um modelo concentrador-exportador altamente desigual entre países e regiões, porém, capaz de produzir, industrializar e distribuir grandes volumes de gêneros alimentícios, cujo conteúdo e procedência são, em geral, uma incógnita.

É desconcertante ouvirmos recorrentes celebrações pelos sucessivos recordes de safras e, mais recentemente, a proliferação de campanhas publicitárias que exaltam em tom ufanista o chamado setor 'agro', ao mesmo tempo em que ainda se registra o uso descontrolado de agrotóxicos e se verifica a volta do crescimento tanto do desmatamento, como da violência no campo brasileiro. Adiciona-se a isto a paradoxal situação dos altos índices de desnutrição vis-à-vis o crescimento da obesidade e outras enfermidades relacionadas ao 'comer', inclusive entre as crianças, alcançando o status de problema de saúde pública.

Ainda que tudo isso pareça desolador, aventuras empreendidas conjuntamente por humanos, plantas, animais, microrganismos, minerais e outras tantas entidades e substâncias, ao longo dos séculos e nos mais variados lugares do mundo, fizeram surgir incalculável diversidade de agriculturas. Assim, se um olhar de 'longe' acaba por mostrar uma agricultura tão monótona quanto a dieta moderna, focando mais atentamente nos damos conta de que os processos homogeneizadores não foram suficientes para extinguir práticas localizadas e repertórios culturais singulares. Tampouco os milhões de agricultores que adentraram

na modernização foram receptores passivos da intensificação, do aumento de escala, da especialização e da integração à indústria – ainda que o padrão tenha sido bastante internalizado por alguns, ele também foi desconstruído e redesenhado por outros.

Analisada 'mais de perto', a modernização resultou em heterogeneidades de respostas, múltiplos saberes e potencialidades para outras formas de se produzir alimentos que, por sua vez,

estão diretamente associadas à formidável criatividade de transformá-los em 'comida', em seus mais diferentes sabores e afetos. Em outras palavras, a diversidade do que vai à mesa ao redor do planeta depende da diversidade do que se cultiva. E vice-versa.

Muito se tem avançado no que se refere ao desenvolvimento de agriculturas que desenvolvem alto potencial de sequestro de carbono; que favorecem a regulação biótica; conservam solo, água

e energia; incrementam a sociobiodiversidade; reduzem o uso de insumos externos e não renováveis; buscam a eliminação do uso de agrotóxicos, de radiação, dos antibióticos e dos transgênicos nos sistemas de produção vegetal e animal. Este caminho é imprescindível para favorecer interações agroecológicas e relações de confiança entre os agricultores e os consumidores.

A articulação entre quem produz e quem consome, muitas vezes, se dá em torno de produtos específicos – orgânicos, integrais, regionais, artesanais. Mas não só. A conexão entre o campo e a mesa é também resultado de configurações territoriais, tradições culturais e gastronômicas.

Se, por um lado, é preciso realizar mudanças organizacionais nas cadeias de abastecimento e na constituição de sistemas de apoio institucional e político, por outro, as transformações na realidade agroalimentar também passam por reconectar modos de existência e conhecimentos relacionados a territórios-paisagem específicos, em que 'alimento local' está longe de significar isolamento; pelo contrário, provoca repensar fronteiras antes dicotomizadas entre global e local ou entre o convencional e o alternativo.

Há quem se conforme com o estado das coisas, dizendo que estas formas de produção de alimentos são românticas, idealizadas, anacrônicas ou constituem um risco à economia. Pode ser! Mas, a favor delas, temos o fato de que tanto os alimentos como a comida estão interconectados às pessoas, 'corporificados'. São vitalmente parte dos cotidianos, amalgamando cultura e matéria; têm, eles mesmos, 'vida social'.

Nesse sentido, a crescente politização do produzir e do comer constitui um fenômeno contemporâneo que oferece uma janela crítica para as inconformidades crescentes com as realidades imediatas. Isso é manifestado, por exemplo, nos muitos movimentos alimentares ao redor do mundo, organizados com o propósito de desarraigar regimes de práticas estabelecidas, assim como reivindicar acesso ao patrimônio alimentar, às alternativas de vida saudável e à equidade no acesso à nutrição adequada.

Essas perspectivas críticas nos convidam a desafiar, do ponto de vista intelectual e prático, nosso olhar para crises alimentares iminentes como sendo resultados de políticas públicas deficientes ou de negligências científicas e governamentais. É preciso considerar que uma parcela da deterioração do ambiente, da saúde e das relações sociais da atualidade são justamente sinais do sucesso da modernização do complexo agroalimentar. E isto coloca a dimensão política da agricultura e dos alimentos numa posição central em processos de reordenamento e mudança social.

“É preciso considerar que uma parcela da deterioração do ambiente, da saúde e das relações sociais da atualidade são justamente sinais do sucesso da modernização do complexo agroalimentar.”



FLÁVIA DUTRA/ARQUIVO JU - JUN/2008

*Professora na Faculdade de Agronomia e no PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JUL/2013

Batalha verde

Agricultura Pesquisadores debatem o uso de agrotóxicos nas lavouras

Samantha Klein

O número de agricultores que utilizam agrotóxicos nas lavouras do Rio Grande do Sul cresceu na última década. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que 70,2% dos produtores declaram fazer uso de defensivos químicos, ante os 62% verificados na pesquisa de 2006. Em pequenas e grandes áreas, os produtos estão presentes apesar da discussão sobre os possíveis efeitos danosos para consumidores, agricultores e meio ambiente. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil está entre os dez maiores consumidores desse tipo de insumo em áreas agriculturáveis.

Aldo Merotto Junior, professor da Faculdade de Agronomia, considera, no entanto, que o uso dos agrotóxicos não deve ser demonizado. O pesquisador destaca que entre o malefício e o benefício de um inseticida existe o manejo dos produtos e as quantidades adequadas a serem aplicadas no momento certo em cada cultivo. “É correto dizer que poderíamos ter uma produção totalmente or-

gânica. Porém, devido aos custos e à baixa disponibilidade de mão de obra é simplesmente inviável pensar em grandes lavouras de soja orgânicas. É possível, contudo, minimizar os riscos da utilização dos defensivos agrícolas”, destaca.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Merotto pondera que as pesquisas em torno de produtos menos tóxicos avançam continuamente e que o cenário é bastante diferente daquele que foi desenhado quando chegaram os primeiros produtos no Brasil nos anos 1960 e 1970 a partir da revolução verde.

PL do Veneno – A discussão em torno dos agrotóxicos ganhou contornos ainda mais polêmicos neste ano a partir da tramitação de uma proposta que pretende flexibilizar a legislação de controle dos produtos no país. A comissão especial da Câmara dos Deputados para avaliar a proposta aprovou o relatório favorável do deputado Luiz Nishimori (PR-PR). Se for a votação, o PL 6.299/02 – originalmente elaborado pelo então senador Blairo Maggi (PP-MS), um dos maiores produtores de soja do mundo – poderá ser modificado por emendas, mas a tendência é que dê poderes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para autorizar unilateralmente o uso de agrotóxicos, o que bate de frente com a lei de 1989, que prevê avaliações também dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente.

A medida, além de tornar menos rígidas as regras para a fisca-

lização, pretende acelerar a liberação dos registros dos agroquímicos. “Não podemos permitir que todo o mundo registre produtos rapidamente e, no Brasil, tenhamos de perder 10 anos para que um produto seja aprovado. Até lá, estará defasado. É o mesmo que levar todo esse tempo para liberar um medicamento que pode curar uma doença grave. Ainda assim, é óbvio que os critérios técnicos e de segurança alimentar e ambiental não podem ser abandonados”, argumenta Merotto.

Entidades ambientais e de saúde coletiva, por sua vez, criticam o projeto. Segundo eles, um pesticida poderá começar a ser usado mesmo que órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não tenham concluído parecer sobre o impacto do produto. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva publicou nota em que considera o “PL do Veneno” um enorme retrocesso civilizatório.

Efeitos combinados – Os testes realizados pelos fabricantes de pesticidas e também por órgãos como a Anvisa são realizados com os produtos isoladamente. Os efeitos combinados, porém, não são avaliados, conforme explica o professor do Departamento de Análises da Faculdade de Farmácia, Marcelo Dutra Arbo. Ele ressalta que agrotóxicos extremamente agressivos, como os organofosforados, estão entrando em desuso. “Falamos em menor toxicidade aguda. O indivíduo se intoxicava agudamente com

os organofosforados, sofrendo com lacrimojamento, salivação, convulsão e até morte. Como são muito tóxicos estão sendo substituídos por novos produtos que não causam esses efeitos, mas não quer dizer que agrotóxicos mais modernos sejam, no longo prazo, menos tóxicos. Às vezes, para descobrir a toxicidade levamos de dez a vinte anos”, observa.

Marcelo coordena uma pesquisa com os agentes glifosato, imidacloprida e fipronil, que estão entre os mais usados nas lavouras do Brasil. É alvo do estudo a combinação dos efeitos de agroquímicos no ar, nos alimentos e na água. “Quem trabalha com o cultivo da soja vai estar exposto aos três tipos de agrotóxicos em diferentes fases da plantação”, ressalta. A pesquisa está na etapa inicial e terá três fases, sendo que a última delas consiste em acompanhar exames de sangue de agricultores que aplicam as substâncias a fim de verificar a presença de resíduos dos pesticidas.

“Ainda não temos resultados sobre o impacto dos efeitos combinados na saúde humana, mas pesquisas anteriores mostraram a possibilidade de o uso continuado afetar a função imunológica. Quando a exposição aumenta, o indivíduo pode desenvolver complicações. Estima-se a elevação de casos de hipertensão, diabetes, câncer, Parkinson e Alzheimer. Claro, essas doenças são multifatoriais, mas a exposição continuada a agrotóxicos pode contribuir para que uma doença se manifeste no futuro”, sinaliza.

Interferências – As regiões norte e sul do Rio Grande do Sul, caracterizadas pela produção de frutas, como as uvas, e grãos, como a soja e o trigo, estão enfrentando um problema relacionado à dispersão de agrotóxicos pelo vento – os defensivos agrícolas utilizados em grãos são completamente diferentes daqueles aplicados em frutíferas.

O problema está relacionado com a utilização intensiva do herbicida 2 4-D, que controla plantas de folhas largas consideradas daninhas. A aplicação incorreta em lavouras de grãos afeta diretamente parreirais e outras frutíferas, que são muito mais sensíveis. “O 2 4-D é muito agressivo, interferindo no desenvolvimento da uva. Assim, a fruta nem chega ao consumidor, porque a planta é inviabilizada antes disso”, aponta o coordenador da área de fruticultura da Emater Regional Serra Gaúcha Ênio Todeschini.

O agrônomo destaca que cada produto tem especificações claras de manejo. O ciclo, a carência entre uma aplicação e outra e a quantidade a ser aplicada precisam ser respeitados. Recentemente, em Monte Alegre dos Campos, boa parte da produção de uva foi perdida. “Chegamos a fazer um seminário sobre o problema para explicar como aplicar os herbicidas e não atrapalhar as lavouras vizinhas. É imprescindível a conscientização do agricultor e o conhecimento agrônomo de cada produto para a aplicação”, complementa.



Em busca de perspectivas

Pós-doutorado *Diante da escassez de colocações e fomento, oportunidade de aperfeiçoamento torna-se último recurso para doutores que desejam dar seguimento a suas pesquisas*

Felipe Ewald

Muito mais do que a frieza de um limbo, a sensação de um purgatório onde se pagam todos os pecados. Assim descreve Camila Timm Wood o lugar que ocupou no último ano como pós-doutoranda ligada ao departamento de Zoologia do Instituto de Biociências. “Tem todas as obrigações de uma posição que deveria ser valorizada – pela importância de suas atribuições – e nenhum benefício – não somos mais estudantes (com desconto no transporte público ou valor subsidiado no restaurante universitário) nem nos tornamos um profissional com vínculo empregatício.”

A impressão se refere ao status do posto ocupado, não ao departamento onde desenvolveu suas atividades nem à parceria com a professora Paula Araújo,

sua supervisora – a relação não é mais de orientação, como no doutorado. Tampouco paga pecados por sua atividade de cientista: “Eu sou muito empolgada com a minha pesquisa – se não fosse assim, já teria desistido, já que esse formato de pós-doc não é exatamente uma recompensa grande para tantos anos de trabalho. Quem está nessa etapa passou por pelo menos quatro anos de graduação, dois de mestrado, quatro de doutorado – está se especializando há muito tempo. E ainda é considerado um bolsista. É bem complicado”.

Apesar de sua empolgação com o que faz, Camila revela que não está segura de gostar de ser uma pesquisadora no Brasil no momento atual. Ela traz límpido na memória seu convívio com pós-docs na Alemanha, durante o mestrado, e na Eslovênia, em período de

sanduíche realizado no doutorado em Biologia Animal, o qual concluiu em março de 2017. “Lá, o pós-doutorado funciona como um período de amadurecimento do pesquisador antes de ele assumir uma vaga de fato. É uma transição que pode durar dois anos, mas que garante o status de jovem cientista. O vínculo garante um reconhecimento profissional – muitos têm direito a benefícios como plano de saúde e férias. Aqui, com o vínculo de bolsista nenhum desses direitos está assegurado”, lamenta.

Concentração – O possível cenário de interrupção completa das bolsas no país, como alardeou o Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em ofício divulgado em agosto, para Camila já é uma realidade.

Ela atua de forma voluntária, pois as bolsas nesse momento são escassas e há muita concorrência – tanto por fomento como por vagas de docente em instituições públicas. “No último concurso realizado no departamento de Zoologia, a primeira colocada tinha passado seis anos como pós-doc, sendo que já era o décimo primeiro certame de que ela participava. A colocação de pós-doutoranda acaba sendo o jeito de melhorar o currículo até ter chance de passar num concurso”, observa.

O crescimento da pós-graduação no país não foi acompanhada, no mesmo ritmo, pela expansão de vagas da carreira docente, em que pese o investimento via Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras). Além disso, os aportes financeiros no ensino superior vem decaindo desde 2015. Camila acrescenta que a transição para o mercado em sua área é muito difícil, especialmente para quem tem formação extensa. “Uma das possibilidades de trabalho era nas fundações estaduais que estão sendo extintas. Então, a pesquisa ficou mesmo para a universidade”, resigna-se.

Resultado disso é que, apenas no departamento de Camila, há outros 12 pós-docs, alguns com bolsa, sendo que a maioria concluiu seu doutorado ali mesmo. De acordo com dados da Pró-reitoria de Pesquisa, órgão responsável por registrar o vínculo, a concentração de pesquisadores com esse vínculo ocorre igualmente em outros departamentos, como os de Metalurgia, Física, Bioquímica e Genética, com 16, 17, 23 e 24 pós-doutorandos registrados, respectivamente. Ao todo são 434 pesquisadores com esse vínculo na UFRGS.

O registro oficial é regulamentado pela resolução 26/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e tem a duração de dois anos, com a possibilidade de renovação. Bruno Cassel, vice-pró-reitor de pesquisa, ressalta que o documento torna claro que não há vínculo empregatício com a Universidade – esta apenas permite que o pesquisador utilize sua estrutura. Se há algum fomento, a relação se dá diretamente com a agência que o concede. Segundo ele, o maior público é de recém-doutores ainda sem colocação, mas há também docentes de outras universidades e pessoas que já estão colocadas no mercado.

Bruno observa que a atividade principal do pós-doc no espaço da Universidade é a pesquisa. “Pode também ter atividades de ensino na graduação e pós-graduação, mas não pode registrar um projeto próprio – é convidado

a participar do projeto de um docente.”

Tempo de formação – Na perspectiva do pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Marcelo Tadvald, no entanto, o propósito primeiro é a docência, “porque a atividade de pesquisa é diluída, já acontece naturalmente nesse momento da caminhada acadêmica – pareceres, publicações, congressos, grupos de pesquisa. Isso já flui”. Ele complementa: “Com o pós-doc, com certeza me tornei mais professor – este era o objetivo com esse período. Todas as instâncias da universidade são relevantes, mas, para mim, a razão de tudo isso é a sala de aula, a atividade pedagógica”.

Marcelo é da primeira seleção do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD) da Capes dentro do PPG em Antropologia. Isso no final de 2013, dez meses após defender o doutorado no mesmo programa. “Dei sorte. Quem é mais ou menos da minha geração e não está no PNPD, mas tem em vista a carreira acadêmica, se vê numa situação complicada”, comenta.

Para o antropólogo, o pós-doutorado é um caminho acadêmico natural atualmente, por conta do modelo de mercado profissional. “Nas ciências humanas, a maioria de quem faz doutorado está voltada para a docência. Mas não há espaço para todos – é um cálculo simples: são cerca de 20 doutores formados por ano só na UFRGS”, pondera.

Em dezembro, encerra-se o período de cinco anos da bolsa de Marcelo. “Sempre soube que era temporário. Já sofri muito por causa disso; curiosamente, muito mais do que hoje. Agora, distensione, até porque, na minha caminhada, já fiz muita coisa, nunca fui só um acadêmico. Já trabalhei até em lanchonete e em banco.”

Camila, por sua vez, encerrou seu pós-doutorado junto ao departamento de Zoologia após um ano de trabalho. Ela comenta que a pesquisa tomou um aspecto de hobby para ela – segue indo duas vezes por semana ao laboratório no câmpus do Vale. Para se sustentar, dá aulas particulares de inglês e presta serviço de revisão e adequação de artigos científicos a serem publicados em língua inglesa. “Desde a quinta série eu sabia que queria estudar animais. Virei exatamente o que queria. Confesso que é bastante frustrante chegar até aqui e ver que não tenho muito para onde ir”, desabafa. Para viabilizar a carreira de pesquisadora, segue prestando concursos e se candidatando a vagas em instituições na Europa.

GUSTAVO DIEHL/SECOM



Apesar do entusiasmo por sua pesquisa, Camila Timm Wood, pós-doutora no departamento de Zoologia, esbarra nas limitações de financiamento e colocação profissional

Teoria, prática e tradição no campo

Terra Cooperação entre UFRGS e Emater busca capacitar profissionais para trabalho em comunidades quilombolas

Questões raciais e direito à terra são temas complexos que geram acaloradas discussões e estão longe de ser solucionados. Quando os dois assuntos são reunidos, como ocorreu no curso *Quilombos e quilombolas no Rio Grande do Sul: por uma política de assistência técnica e extensão rural inclusiva*, o desafio se torna ainda maior. Promovida pela UFRGS e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a atividade tem o objetivo de capacitar os profissionais da empresa para trabalhar junto a comunidades remanescentes de quilombos no estado.

Regina da Silva Miranda, coordenadora estadual de Comunidades Remanescentes de Quilombos da Emater e aluna da primeira etapa do curso, não teve dúvidas quando questionada sobre o maior obstáculo enfrentado pelos profissionais da Emater durante a formação: desigualdade racial – “branquitude e privilé-

gio, negritude e discriminação”. O corpo técnico da Emater é de esmagadora maioria branca, de origem europeia, muitos filhos de agricultores familiares que foram assistidos pela própria entidade. “Há uma carga de preconceito assustadora. Os que têm a maior boa vontade, ainda assim têm esse olhar torto, acham que eles não produzem, são preguiçosos, estão ocupando uma terra que fica ociosa e ainda querem mais terra. E isso é horrível, porque eles são os extensionistas. Acho que o curso já está mexendo nesses confortos, mas isso também não muda de uma hora para outra”. Desde 2014, Regina procurava apoio para realizar a formação; porém, conta que só conseguiu concretizar a parceria com a Universidade para realizar o curso quando contatou o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos (Neab), que trata justamente de questões raciais. “Eles têm sido parceiros nota dez, estão sempre de manga arregaçada e atendem às nossas demandas, inclusive extracurso. Em outras oportunidades, lembrei que seria legal ter uma fala do pessoal da UFRGS e prontamente eles foram”.

Um dos docentes envolvidos na cooperação é o professor José Carlos dos Anjos, integrante do Neab e do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (Iacoreq). Ele destaca dois aspectos que ampliam a importância do curso: preservar o meio de produção de uma agricultura tradicional, em contraposição às monoculturas de latifúndios, e o ineditismo da

empreitada. “Lidar com esse público de uma forma diferenciada é uma das dimensões que tentamos aportar – além de ensinar a Emater a aprender com os públicos tradicionais, e não apenas se colocar numa postura de alguém que leva conteúdos técnicos. Mas que possa aprender outra forma de fazer agricultura, uma agricultura mais sustentável”. A Emater tem um histórico de relação com a UFRGS, em que volta e meia solicita processos de capacitação. Porém eram, diferente desta, feitas visando todo o público atendido pela instituição. Esta é a primeira capacitação feita exclusivamente para um público específico, que é o quilombola.

Proposta desenvolvida pelas duas instituições busca preservar o meio de produção de uma agricultura tradicional, em contraposição às monoculturas

Esse diferencial é de suma importância, segundo a avaliação de Mônica de Andrade Arnt, chefe do escritório da Emater em Mostardas e aluna da primeira

etapa do curso, que aconteceu em dezembro de 2017 na cidade do litoral. Os profissionais da empresa de assistência aprenderam sobre a história das comunidades e a legislação específica, uma questão que é relativamente nova para os próprios moradores, segundo a extensionista. O decreto 4.887, que reconhece o direito das comunidades quilombolas, foi publicado em 2003. Casca, no município de Mostardas, por exemplo, foi uma das primeiras do Brasil a receber o título do seu território. “Então, até o início do ano 2000, essas comunidades não eram chamadas de quilombolas, eram considerados territórios negros – e em Mostardas conhecidos como morenos. Eles estão em um processo de transformação da categoria local, de morenos, para a categoria de quilombolas, o que permite acessar essas políticas públicas”.

Diferentes saberes – Formada em Ciências Sociais pela UFRGS, Mônica trabalha com comunidades quilombolas desde o início da graduação, em 2000. Desde 2013, faz parte do quadro de profissionais da Emater. Ela aponta que, mesmo tendo experiência na área, o curso foi uma oportunidade de aprimorar sua atuação junto às comunidades. “Foi muito interessante para mim sair da posição de pesquisadora para aplicar o que se chama nas Ciências Sociais de Antropologia em ação. A gente acaba tendo uma imersão profunda na realidade dessas populações, pois participamos do dia a dia delas.” A extensionista comenta

ser importante conseguir criar uma forma de distanciamento e estranhamento da realidade quilombola, que passa a fazer parte do seu cotidiano. “Isso vai permitir que tenhamos uma atuação mais crítica junto a essas comunidades. Em vez de meros executores de políticas públicas, assim autômatos, temos um trabalho feito de forma espontânea”, complementa.

Os participantes da formação puderam aprender as especificidades de cada localidade visitada. Em Mostardas, por exemplo, conheceram uma forma de organização que não se encontra em outras regiões gaúchas. “O fórum de comunidades quilombolas existe há mais de dez anos e é formado por mais de dez comunidades, sem diretoria. É uma organização hipercomunitária, em que as comunidades revezam os locais de reuniões, sendo um espaço procurado por representantes da prefeitura e do governo estadual”, explica Mônica.

A recepção do curso foi positiva na Emater, na avaliação de Regina. “É comum em nossas atividades à distância, menos de 30% do total de inscritos fazer o trabalho de conclusão, mas nesta mais de 50% dos alunos apresentou trabalho. Isso é um bom sinal. Acho que também é uma troca boa, é importante a academia conhecer a Emater, que é um órgão que presta serviço ao meio rural”, pondera.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Agricultora idosa semeia cebola no Beco dos colodianos, comunidade quilombola situada no interior do município de Mostardas, na região leste do estado



A invenção do Rio Grande gaúcho

Jocelito Zalla*

Dezesseis anos antes de Paixão Côrtes falecia seu grande companheiro de projeto cultural, Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002). Naquele momento, o sentimento de perda como que se atenuava pelo tamanho de sua obra: ao longo de seus 72 anos, Lessa trabalhou compulsivamente, contando com mais de 60 títulos publicados, entre ficção, historiografia e, inclusive, histórias em quadrinhos. A vasta e diversificada atuação no campo da produção cultural tem como unidade o engajamento na causa do folclore e da cultura popular. A maior parte de seus textos deve ser lida como intervenção nos debates públicos sobre a temática, bastante comuns na segunda metade do século XX.

Nasceu em 1929, na pequena cidade de Piratini. Na década de 1940, chegou a Porto Alegre para estudar no Colégio Júlio de Castilhos. Na época, atuou como repórter na *Revista do Globo*, em que publicou os primeiros textos sobre a vida do gaúcho campeiro. Mas a capital que ele encontrou parecia arredia a essa tradição. Primeiro, pela falta de identificação com a cultura fronteiriça. Segundo, pelo ar cosmopolita adquirido em anos de modernização. Somavam-se a isso a repressão às peculiaridades regionais ocorrida durante o Estado Novo (1937-46) e o contexto do pós-guerra, que desencadeia a chegada em massa de modelos de se vestir, comer e agir orientados pelos birôs de política externa dos EUA. Por fim, os vários ciclos de decadência da economia agrária tradicional desautorizavam o mito do gaúcho

pampiano no mundo letrado, dominado pelo romance urbano nos anos 1930.

Essa atmosfera se mostrou estranha aos olhos de um jovem que trazia consigo imagens de homens de bombachas. O mesmo efeito levou outros rapazes de municípios do interior a se vestir à campeira durante os festejos da Semana da Pátria de 1947 e a desfilar a cavalo pelas ruas da cidade. O líder desse grupo, o recém-falecido João Carlos Paixão Côrtes (1927-2018), se uniria a Lessa no ano seguinte para fundar o “35” Centro de Tradições Gaúchas, primeira entidade cívica do gênero. Em 1950, a dupla ingressou na Comissão Estadual de Folclore e empreendeu uma série de pesquisas pelo interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e países platinos, recolhendo versos, músicas e passos de antigas danças. O esforço resultou na elaboração do *Manual de Danças Gaúchas* (1956). Até hoje suas criações coreográficas são executadas nos CTGs e, muitas vezes, confundidas com matéria folclórica anônima.

Já formado em Direito pela UFRGS, Lessa mudou-se, em 1953, para São Paulo, onde passou vinte anos trabalhando como produtor cultural e publicitário, mas sem abandonar os motivos regionalistas. Em 1958, publicou o primeiro livro de contos, *O boi das aspas de ouro*, seguindo e atualizando o modelo literário consagrado por Simões Lopes Neto. No ano seguinte, lançou o romance que lhe renderia o prêmio maior da Academia Brasileira de Letras na categoria, *Os guaxos*. Aqui vale uma comparação com Eric Verissimo. Se o gaúcho representado em *O tempo e o vento* acabou re-

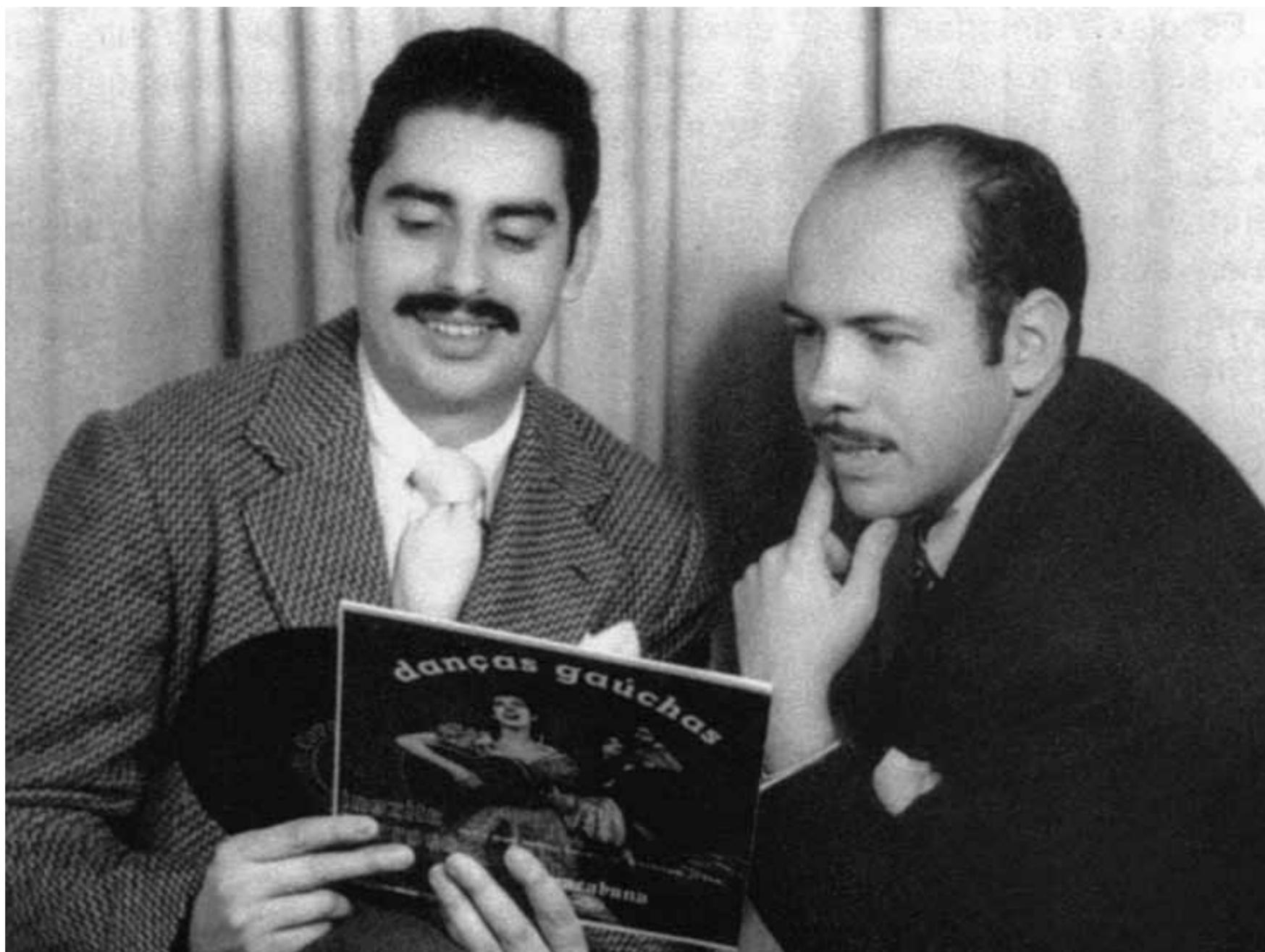
forçando o estereótipo do cavaleiro guerreiro, a intenção de Lessa era justamente oposta: desconstruir um mito que já não fazia mais sentido para a nova realidade social. O projeto intelectual de Barbosa Lessa, no entanto, andava na “contramão” da história, prescrevendo a recuperação da cultura gauchesca como solução ao êxodo rural e ao empobrecimento do trabalhador no campo.

O gauchismo defendido por Barbosa Lessa (e Paixão Côrtes) incorporou a crítica romântica ao progresso e a retórica da perda, defendendo a conservação dos hábitos e costumes considerados periclitantes. Dessa maneira, políticos e intelectuais conservadores acabaram sendo recrutados pelo movimento. Mas, ao contrário do que se pudesse esperar, nosso personagem jamais cedeu aos apelos de tais grupos, assumindo posições polêmicas dentro e fora do tradicionalismo. Não corroborava, por exemplo, o modelo de memória histórica que vinha sendo elaborado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) desde, pelo menos, a década de 1920. Neste, negava-se a participação indígena e negra na formação étnica da região. Além disso, Lessa defendeu a inclusão das mulheres no movimento tradicionalista e, através de sua literatura, questionou os padrões de gênero que deixavam a elas um papel secundário, como no romance *Os guaxos*: “E os homens todos, na estância, sabem que Tia Velha, a velha escrava, um traste, tem mais força que eles próprios. Tem força porque é mulher. Mexe os cordões do Destino. Só as mulheres têm tal força”.

Agindo no mais puro espírito modernista, inventou tradições gauchescas acrescentando novos elementos, sem medo de mesclar influências estrangeiras ao que considerava patrimônio cultural local. Já de volta ao Rio Grande, nos anos 1980, enfrentou, também pelo texto, as correntes mais reacionárias do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que atacavam o nativismo musical (e suas inovações, como o uso de instrumentos eletrônicos e a importação de ritmos de outros países da América Latina). Assim, Barbosa Lessa equiparou a nova vertente à sua própria experiência criativa. Para sustentar o argumento, em livro de 1985, citou pioneiramente a obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger recém-lançada no Brasil, justamente intitulada *A invenção das tradições*.

Gostando ou não dos rumos que o tradicionalismo gaúcho seguiu ao longo dos anos, intelectuais de variados matizes têm aprendido a reconhecer em Barbosa Lessa um criador apaixonado, mas racional, capaz de negar e reconstruir suas criaturas sempre que fosse necessário criticar o imobilismo artístico ou o conservadorismo ideológico. Foi um poeta que nos deixou versos e cantos bonitos e românticos. Mas foi também poeta em sentido amplo, quer dizer, um construtor, que interveio ativa e conscientemente, ainda que por trilhas e caminhos diversos, na elaboração da identidade gaúcha do Rio Grande do Sul.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Colégio de Aplicação da UFRGS



Barbosa Lessa (esq), ao lado de Paixão Côrtes, observa o primeiro disco de Danças Gaúchas gravado, em 1955, por Inezita Barroso e o Grupo Folclórico Brasileiro



O incêndio continua

Luiz Vergara
Arte-educador
fala sobre o
Museu Nacional
e fala sobre o
colapso das
instituições e a
necessidade de
se repensar a
função de seus
espaços e atores

“As instituições [museus] precisam ressignificar o sentido de educação, porque, muitas vezes, ele ainda é visto de forma subalterna”. Essa é uma das reflexões do arte-educador – ou, como ele mesmo sugere, “curador-artista-educador” – Luiz Guilherme Vergara, referência nacional quando o assunto é a relação entre museu, público e cidade no âmbito da educação. Ao analisar o incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, ocorrido no dia 2 de setembro, ele ressaltou o papel educativo e de produção de conhecimento científico da instituição fluminense, aspectos que, segundo ele, potencializam a perda que o incêndio representa. “Ali era um espaço popular, onde mais de 40% da visitação era de famílias de baixa renda, mas também tinha uma função raríssima, porque agregava campos de pesquisa de reconhecimento internacional, como o da Antropologia Social. Precisou o incêndio para mostrar essa dupla função: profundidade e educação.”

Mestre e Doutor em Arte e Educação pela Universidade de Nova Iorque, Vergara trabalhou no setor educativo de instituições como o Metropolitan Museum of Art e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, onde atuou por oito anos. Atualmente, é professor do Departamento de Artes e integrante do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos da Arte da Universidade Federal Fluminense.

O incêndio do Museu Nacional nos ensina algo?

Ainda estamos no meio do incêndio, não é mesmo? Arder. Queimar. Destruir. Não queria responder, mas se é preciso... O que foi destruído nunca mais será recuperado. Pensando em educação, é lastimável. Estamos vivendo um drama que ainda não está concluído. O que vamos aprender com isso é uma questão que ainda está em aberto, está nas cinzas. O incêndio

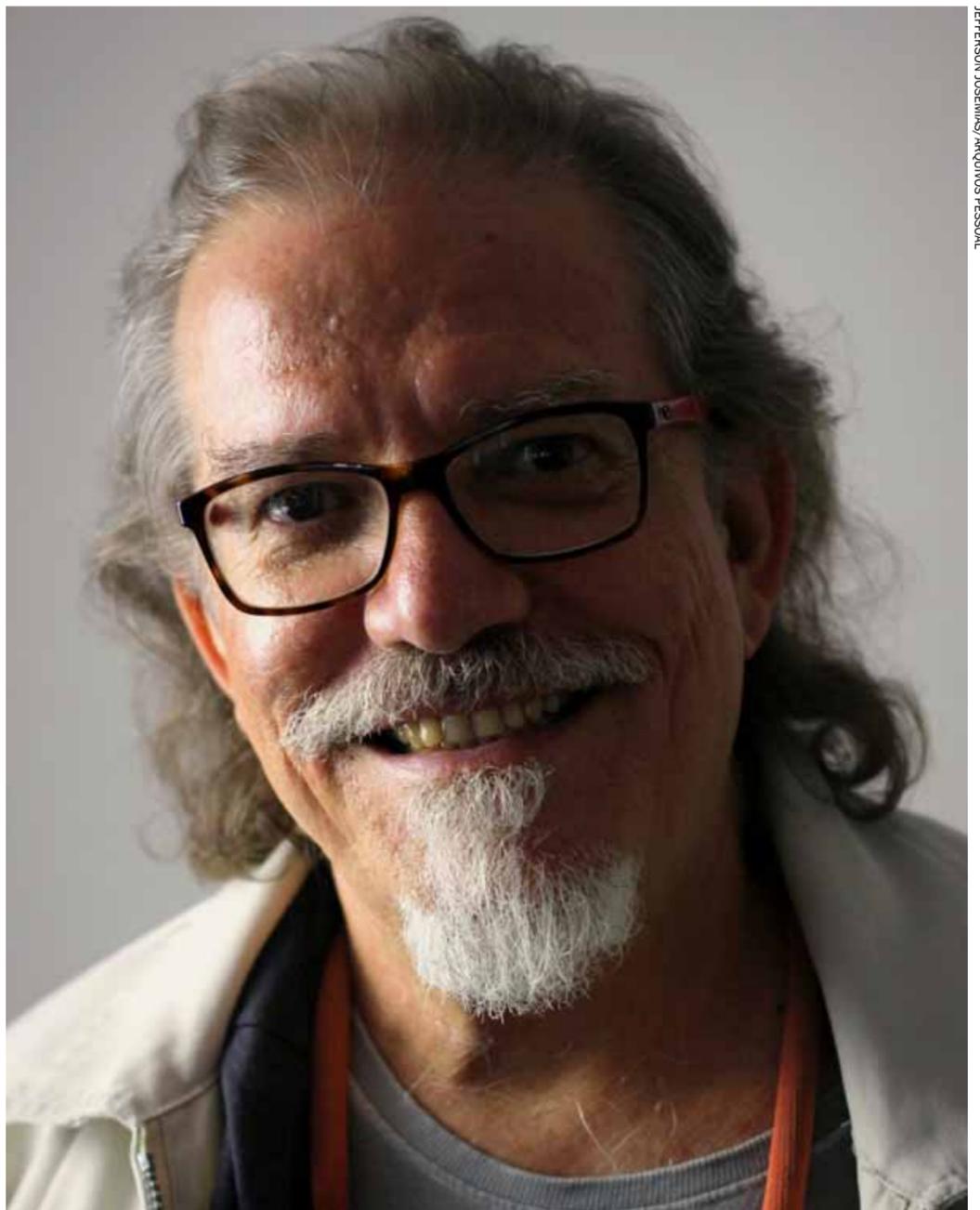
ainda não acabou. E também não começou agora, ele é mais antigo e diz respeito às instituições públicas. É a universidade pública que também está sendo queimada.

Nesse contexto dos museus, como defines o arte-educador?

Há uma preocupação em toda forma de categoria. Porque as categorias não geram potência, mas rebaixamento. Artista é artista e educador é educador, como fazer convergir esses dois campos com potência? É como dizer que o arte-educador é menor, que o educativo é menor. Essas categorias precisam ser reinventadas e revistas. Um artista que trabalha em agenciamentos, que trabalha em ações de engajamento social, que trabalha com processos de educação, reinventando, reinventando... Esse espírito livre está educando para espíritos livres. É preciso recuperar o sentido de convergência entre espírito livre, liberdade experimental, crítica, economia, e também função social. Explorar novos modos de ver o mundo é educação, mas é produção artística também. Essas duas categorias estavam separadas e merecem ser revistas: onde que essa separação gerou uma condição subalterna.

Qual a importância da transdisciplinaridade, tanto para a arte quanto para a educação?

A transdisciplinaridade é interessante, mas também é muito importante a “indisciplinaridade”. É uma desobediência inventiva, porque quem inventou as disciplinas inventou categorias. E o estado de invenção, o estado poético, artístico, ele transborda. Então, ele tem que ter um despojamento epistêmico, para que aconteça algo que seja uma nova maneira de perceber o mundo. E essa é uma trajetória que oscila. Mas hoje o corpo contemporâneo é sempre entrelaçado, embolado, emaranhado de campos diferentes de conhecimento. Eu até acharia melhor dizer que a arte seria o lugar da conectividade de saberes. O artista está fazendo contato por forças e impulsos intuitivos. Usando Mário Pedrosa [crítico de arte, jornalista e professor brasileiro (1900-1981)]: formas intuitivas, que fazem contato com saberes ainda não sabidos, consciências ainda não conscientes. E a exteriorização disso é a arte. Depois, vão ter os seus interpretadores. Um vai interpretar pela psicanálise, outro pela sociologia. A condição da potência da arte é esse cruzamento, mas um cruzamento com uma responsividade social, que permita outros entrecruzamentos, muitas vezes nem sequer previstos pelos artistas. E aí é a vida pública da arte. E aí



JEFFERSON JOSEMIAS/ARQUIVOS PESSOAIS

volta a questão das instituições, os cuidados com a arte como uma função utópica de antecipar futuros e mediar. Nesse sentido, a transdisciplinaridade não é ilustrativa; é experimental.

Em um debate, você sugeriu que o lugar do artista está na intersecção entre o mundo real e o mundo das ideias. Quais são os papéis do artista e do educador nesse espaço?

O autor Edward Casey [filósofo estadunidense] faz uma análise sobre o sentido de espaço no livro *The fate of place*. Quando fala de Platão, sobre essa divisão entre o mundo das ideias e o mundo dos efeitos, ele faz uma revisão, pra mim muito curiosa, do termo “demiurgo”, que, muitas vezes, é considerado uma crítica por artistas. Não querem ser demiurgos, pois são considerados semideuses, e o artista do século XX quer estar engajado. Mas o Edward Casey aponta que, usando o inglês, demiurgo é demiurge. “Demi” é sociedade, povo, democracia. “Urge” se refere a chamadas, urgências, necessidades. E ele fala dessa conexão de um agente que constrói essas relações

pensando com. Então, demiurge é esse conector. A educação no século XX passa a ser construtivista, e o construtivismo é você construir saberes com o outro, e não impor um saber seu aos outros. Isso vai se desdobrar em várias críticas ao próprio museu, a narrativa hegemônica de um curador impondo um valor sobre a sociedade. Então você tem esse demiurge, seja educador, seja aquele que formula novos modos de agenciamentos. Podemos falar de artistas, mas também desse lugar necessário, e esses profissionais não precisam ser obedientes a categorias, eles são exatamente aqueles que fazem trânsito, são portadores de ideias, compartilham e criam novas possibilidades com outros.

Como você descreveria o espaço do “novo museu”?

Isso não é novo. Voltando ao Mário Pedrosa, à educação que busca não ser conteudista: aproximar recepção e criação é um construtivismo. Isso tem sido uma tendência dos museus, não que esteja sendo adotado universalmente. Alguns atingem mais essa construção, os pró-

prios artistas que pensam juntos, num contexto. Não existe uma fórmula universal. São casos muito mais de indivíduos e instituições que adotam essa ética. É uma tendência de demiurge, quer dizer, a própria instituição, com uma equipe curatorial, transdisciplinar e tudo, vai estabelecendo como princípios fundamentais a interlocução social, colocar a sociedade em contato, romper comportamentos passivos. Isso tudo envolve pedagogia, crítica de arte, vários posicionamentos da arte.

Seria então mais uma questão da maneira de utilizar o espaço, e não o espaço em si?

Exatamente. Até porque o que é o espaço se não a maneira de utilizá-lo? É a maneira de utilizar que vai construir afetos, novas relações. O espaço é exatamente o campo entre paredes, é com ele que a gente está lidando. É o sujeito que entra, que é respeitado, acolhido por seus saberes e que faz contato com saberes que ainda não tinha.

Natalia Henkin,
estudante do 7.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Nicarágua em conflito

Mathias Seibel Luce*

Na virada para os anos 1980, em meio aos combates contra o regime oligárquico da ditadura dos Somoza (família que controlava 20% das terras do país) e sua terrível Guarda Nacional (polícia política do somozismo), a Nicarágua foi palco de uma revolução popular nacional e anti-imperialista. A Revolução Sandinista de 1979 alentou a esquerda mundial, com sua ampla participação das mulheres, a valorização da cultura própria e a realização de reformas estruturais nessa nação centro-americana marcada por enorme concentração da riqueza. Ao mesmo tempo, foi um movimento na conjuntura em que os EUA preparavam uma segunda Guerra Fria (ou fase de contrainsurgência) para recuperar seu domínio no cenário mundial.

O povo nicaraguense teve que enfrentar uma dura guerra de agressão imperialista movida durante as administrações Carter, entre 1977 e 1981, e Reagan, entre 1981 e 1989, atravessando um saldo de 30.000 mortos, para conquistar sua soberania e afirmar bandeiras inspiradas no projeto de Sandino – o líder popular assassinado na década de 1930, que lutara contra a usurpação das terras camponesas e uma invasão estadunidense, e que emprestou seu nome à organização que protagonizava um novo ciclo de lutas, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Na esteira de 1979, o compositor cubano Silvio Rodríguez escreveu em uma canção: “Andará Nicaragua,/su camino en la gloria/ Porque fue sangre sabia,/la que hizo su historia”. Hoje, o fardo doloroso cantado na poesia de Silvio reapresenta-se outra vez. Mas, à diferença do passado, com caminhos que não ensejam nenhum otimismo. A Nicarágua é um país à beira da guerra civil. Insolitamente, porém, não sob o governo de Somoza e, sim, sob o governo de Daniel Ortega, um dos ex-comandantes da Revolução Nicaraguense.

Presidindo o país centro-americano em um segundo período, Ortega chegou novamente ao governo em 2007. Fazendo pactos com associações do empresariado e com setores conservadores da cúpula da Igreja Católica (contrários a reivindicações como a regulamentação do aborto), foi distanciando-se das bases históricas do sandinismo. Por outro lado, implementou programas sociais que lhe garantiram a preferência do voto popular, conquistando duas reeleições – a mais recente em 2016. No começo de 2018, porém, as condições que ainda asseguravam parte de sua legitimidade parecem ter ruído definitivamente. Ao assinar um acordo com o FMI e ceder às pressões do organismo financeiro internacional, tentou passar uma reforma da previdência que reduziria benefícios e penalizaria a maioria da população. Essa medida, seguida pela inércia do governo

para debelar o incêndio florestal de uma vasta área de reserva ecológica cobiçada por fazendeiros e empresas exportadoras, abriu uma onda de protestos por todo o país. Desde abril, o uso desmedido de violência policial contra os manifestantes promoveu uma escalada de confrontos, que já computa algumas centenas de mortes, em sua maioria pelas armas do Estado e de forças aliadas a Ortega, vitimando estudantes, trabalhadores e militantes de distintas tendências.

O presente conflito na Nicarágua tem dividido opiniões na intelectualidade mundial. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos e o teólogo Leonardo Boff pronunciaram-se contra as violações de direitos humanos pelo governo Ortega, taxando-o de tirania. Em contraste, Atilio Borón, ex-secretário do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, sustenta a posição por uma “correção de rumos”. Talvez uma das melhores análises a respeito seja a de Manuel Cabieses, diretor da revista chilena *Punto Final*. No seu entendimento, Ortega representa o desvirtuamento das bandeiras do sandinismo. Ao mesmo tempo, o acirramento da conflitividade no país pode levar a uma guerra civil em que o desfecho provável não é o triunfo de uma segunda revolução nicaraguense (em que pesem declarações fundamentadas de lideranças históricas como Monica Baltodano, atualmente na direção do Movimento

Resgate Sandinista, que tem defendido a legitimidade do direito de rebelião diante de circunstâncias como a atual). Nesse quadro, Cabieses sustenta a necessidade de cessar a violência do Estado e de se chegar a uma solução negociada que abra caminho para um novo ciclo político no país – solução a ser buscada pela autodeterminação do povo nicaraguense, sem ingerência externa de nenhuma origem, nem intervencionismo da Organização dos Estados Americanos (OEA), organismo que o poder unilateral dos EUA, junto com seus aliados na região organizados no Grupo de Lima, busca instrumentalizar. Por sinal, o presidente da OEA, Luis Almagro, tem exigido eleições antecipadas na Nicarágua mediante o controle da entidade. O governo do país centro-americano recusa. Mas não apenas ele. Diferentes vozes alertam para as intenções por detrás da oferta de “ajuda externa”.

Ao mesmo tempo, alguns analistas têm feito conjecturas com o cenário vivido na primavera árabe, que começou com protestos por anseios democráticos e terminou dilacerando países como Líbia, com potências estrangeiras, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), assumindo diretamente o controle de territórios e produzindo um rompimento do tecido social que se vive até hoje. Não obstante o pragmatismo de Ortega em relação aos setores empresariais, não é um fato desconhecido que os EUA desejem removê-lo da presidência – seja por causa da aliança de Ortega com o grupo de países da Alba (bloco integrado por Venezuela, Bolívia e Cuba), seja pelo projeto de um eventual segundo canal bioceânico que seria construído com apoio de investidores chineses e em concorrência com a rota do Canal do Panamá, controlado pelos EUA. Não está fora desse contexto a motivação que leva instituições de Washington como o National Endowment for Democracy patrocinarem grupos opositores a Ortega que também participam dos protestos na Nicarágua. Contudo, seria um erro reduzir o espectro das forças que adversam o governo nicaraguense aos setores pró-imperialistas.

Manifestação em Manágua,
no dia 28 de julho deste ano



“O compositor cubano Silvio Rodríguez escreveu em uma canção: Andará Nicaragua,/su camino en la gloria/ Porque fue sangre sabia,/la que hizo su historia”

Em suma, não se pode ignorar que uma deterioração ainda maior da situação nicaraguense compreende cenários incertos sob todos pontos de vista. Diante dessa complexa situação, cabe defendermos a necessidade do fim da violência estatal e paraestatal e o fim do intervencionismo, por uma saída negociada, com respeito ao princípio da autodeterminação dos povos. “Que la sangre sabia que hizo su historia”, da canção de Silvio, não seja derramada outra vez sobre o solo da terra de Sandino. E que seu povo possa encontrar soberanamente o caminho para outro porvir no difícil momento que atravessa.

*Docente do Departamento de História da UFRGS



GUSTAVO DIEHL/SECONA

Maconha e o mercado cinza

Gabriel Rossi *Consultor do Ministério da Saúde do Uruguai questiona o consumo recreativo*

Samantha Klein

Há um ano os uruguaios podem comprar maconha em farmácias. A possibilidade se dá graças a uma rígida lei, aprovada em 2013, em que somente cidadãos do Uruguai tem a possibilidade de adquirir cinco gramas nos estabelecimentos ou obter autorização para cultivar a erva em suas casas. Trata-se do chamado consumo recreativo da *Cannabis sativa*. Outras possibilidades para o aproveitamento da erva e a regulamentação de uso são o setor terapêutico e o industrial. As três vias de acesso à substância são excludentes entre si e requerem o registro perante o Instituto de Regulamento e Controle do Cannabis (Ircca), encarregado de fiscalizar a implementação da lei. O modelo de uma legislação para o consumo e produção estatal é, possivelmente, único no mundo. Porém, o debate sobre o tema nunca se encerra e não há unanimidade em torno da questão.

O médico psiquiatra infantil e consultor do Ministério da Saúde do Uruguai, Gabriel Rossi, que esteve recentemente em evento sobre saúde mental promovido pelo Hospital de Clínicas, em Porto Alegre, trata do tema com cautela. Ele diz que a legislação traz parâmetros inovadores, mas considera que existe um mercado cinza do consumo da droga – distinto do mercado negro do tráfico

de entorpecentes, mas também à revelia do controle estatal.

Como médico, quais são suas ressalvas à liberação da maconha para uso recreativo?

A preocupação é com o mercado cinza da maconha, em que não estamos lidando com o tráfico de drogas e a violência decorrente dele, mas das possíveis brechas da legislação. Há situações relativas ao consumo regulamentado, mas o consumidor ou comprador não está registrado junto ao Ircca. É o caso, por exemplo, de um menor que fuma na casa de um adulto que tenha permissão para o plantio para consumo próprio. Aqui falo a título pessoal, como médico, não como representante do Ministério da Saúde. Cito como preocupação os adolescentes porque eles buscam a maconha boa com alta concentração do tetrahidrocanabidiol (THC), o principal componente psicoativo da *Cannabis sativa*. A ingestão de altas doses pode se tornar perigosa. Atualmente, o debate está muito centrado no combate ao narcotráfico, na retirada da maconha do mercado negro, mas acho que temos um problema com o mercado da maconha concernente à saúde mesmo. Não temos números ainda sobre isso.

Quais são os riscos para a saúde mental?

Alguns dos riscos possíveis, nos

casos extremos, evidentemente, são as psicoses canábicas. Mas também são observados casos de ansiedade e baixo rendimento acadêmico por conta do uso prolongado da erva. Falo com base em observações no consultório e em relatos de colegas, não em estudos científicos e dados. Ressalto essas relações devido à minha atividade, mas destaco que a minha observação não é representativa do universo de usuários adolescentes de maconha. Existem muitos relatos de que a quantidade liberada pelo Estado é pequena e, portanto, não resultaria em problemas ao usuário. Porém, a qualidade da maconha sem aditivos, a qual se tem permissão para produzir e comprar em farmácias, mostrou que o limite permitido é suficiente mesmo para consumidores contumazes. Então, será que os adolescentes têm a mesma noção a respeito do consumo que têm os adultos?

Em sua opinião, há baixa percepção de risco?

Sim, existe uma percepção baixíssima quanto ao uso de uma droga que é um psicoativo. As pessoas associam a liberação com liberdade, com o relaxamento que a maconha proporciona. Além disso, é uma erva natural, sem aditivos. Acrescenta-se a isso o fato de o debate todo se misturar com a questão do uso medicinal. Faço, porém, o meu alerta: maconha

não é remédio. Os canabinoides em determinada proporção têm propriedades medicinais, mas a maconha como tal não é medicinal. Como qualquer outro medicamento, são necessárias determinadas condições para que seus compostos sejam sempre iguais. No final do ano passado, o Uruguai aprovou o primeiro remédio a base de canabidiol para epilepsia reflexiva, o que sem dúvida é um avanço muito relevante e importantíssimo para evitar ataques de tremores repetitivos. Os estudos científicos avançam, mas vale destacar que nada demonstra que haja uma enorme gama de doenças que podem ter efeitos minimizados por conta dessa substância.

Na sua análise, há falhas na legislação uruguaia?

Existem brechas na implementação da política porque se trata de uma lei sem antecedentes. Dessa forma, precisamos aprimorar os mecanismos de controle nos clubes canábicos, por exemplo. Como somos um país de três milhões de habitantes, temos como ter uma lei desse tipo, o que talvez não fosse se encaixar para o Brasil. A tradição uruguaia também contribui porque o país tem uma forte presença do Estado, tais como a estatização de serviços de abastecimento de água, de energia elétrica e a maior parte da telefonia do Uruguai. Trens, educação e

saúde, que funcionam muito bem, também são estatais, portanto, temos uma forte tradição nesse aspecto. Assim, considero que as leis devem ser adaptadas a cada realidade, da mesma forma que precisam ser reavaliadas periodicamente. Estamos no momento de começar a avaliar a nossa lei relativa à maconha.

Como avançam as discussões sobre outras drogas no país?

Creio que a grande questão do momento é o consumo de álcool e sua regulamentação. Muitos políticos já trouxeram o tema à tona, a sociedade fala há quinze anos sobre o assunto e nada foi feito. O lobby do álcool é muito forte. Do ponto de vista da saúde pública, os problemas com a bebida alcoólica são imensamente maiores do que com a maconha. O Ministério da Saúde estima que 380 mil pessoas tenham problemas com o álcool. Quando os indivíduos chegam à rede pública para serem atendidos, é por conta dos problemas decorrentes dos efeitos do consumo do álcool ao longo do tempo, não é para tratar o vício e impedir doenças, por exemplo. Estamos falando de atendimentos a problemas decorrentes de cirroses ou cânceres, acidentes graves no trânsito ou violência contra a mulher. Portanto, precisamos falar seriamente sobre o incentivo que a sociedade dá ao consumo do álcool.



Uma possibilidade de futuro

Desenvolvimento Série Estudos Rurais lança obra do russo Alexander Chayanov que discute o cooperativismo como uma alternativa para a organização dos trabalhadores do campo

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - AGO/2013



A Editora da UFRGS e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) publicaram em 2017 o livro do russo Alexander Chayanov *A Teoria das Cooperativas Camponesas*, pela primeira vez traduzido ao português. A edição faz parte da série *Estudos Rurais*, que tem como objetivo oferecer ao público obras de relevância para estudos da área.

Chayanov nasceu em Moscou em 1888. Atuou como agrônomo,

economista e escritor e tornou-se importante teórico na área de desenvolvimento rural. Preso pelo regime stalinista em 1931, foi fuzilado seis anos depois, mas deixou relevante legado teórico. Em 1966, passou a ganhar projeção internacional com a publicação, nos Estados Unidos, de *The theory of peasants economy*, tradução de um de seus mais importantes escritos. No ano de 1987, ainda no regime soviético, foi oficialmente reabilitado e

teve a importância de suas ideias reconhecida.

A obra lançada pela Editora da UFRGS é uma tradução da segunda versão de *As ideias básicas e as formas organizacionais da cooperação agrícola*, de 1927, uma redução da original, escrita em 1919. À época de sua publicação, ainda se discutia quais os rumos que tomaria o novo regime soviético após a revolução. O tema do cooperativismo era de suma importância, posto que,

desde o início da década, crescia exponencialmente em adesão, chegando a atingir a marca de 35.200 cooperativas registradas no Império Russo em 1915. Estimativas da época dão conta de que cerca de 60 milhões de pessoas, ou um terço da população do país, faziam parte ou estavam na zona de influência das cooperativas.

O professor do PGDR Sérgio Schneider, editor-chefe da série *Estudos Rurais*, acredita que o livro, mesmo às vésperas dos 100 anos de sua produção, mantém uma atualidade interessante. Segundo ele, vivemos uma época em que se procura superar a velha dicotomia entre capitalismo e socialismo, dois modelos que acredita terem provado não responderem aos anseios de desenvolvimento econômico aliado à inclusão social, sendo o cooperativismo uma alternativa que tenta unir conceitos das duas teorias. Enquanto preserva a propriedade dos meios de produção e incentiva a concorrência e o livre mercado, prevê a manutenção de relações de produção solidárias e inclusivas. “O livro é uma contribuição para todos que pensam

que outra sociedade é possível, um mundo mais solidário, mais colaborativo, com menos desigualdade, mais inclusivo e sustentável. É uma referência chave para quem tem esse tipo de utopia, que pode representar a construção de iniciativas e práticas concretas”, comenta

Outra pauta moderna em que a teoria do autor russo pode auxiliar, segundo Sérgio, é a construção de uma agricultura mais saudável. O docente reforça que, ao fortalecer pequenos produtores, o cooperativismo auxilia também os consumidores que terão maior facilidade em encontrar produtos orgânicos, enfrentando assim não apenas uma forma de organização social desigual, mas também uma produção de alimentos que pode ser ofensiva à saúde da população. “Eu não tenho dúvidas de que, em 2050, teremos uma agricultura completamente diferente da de hoje. Com consumidores capazes de cobrar mais, que querem produtos diferenciados”, pressagia.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Teoria das Cooperativas Camponesas

Alexander Chayanov | Tradução de Regina Vargas
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017
291 páginas
R\$ 50,00 (preço médio)



TVs públicas: memórias de arquivos audiovisuais

Nádia Maria Weber Santos e Ana Luiza Coiro Moraes (orgs.)
São Leopoldo: Oikos Editora, 2016
320 páginas | R\$ 35 (preço médio)

Educação e memória

O que é televisão pública? Para que e para quem serve? O que diz sobre o presente e o passado de uma comunidade? São essas algumas das reflexões presentes em *TVs públicas: memórias de arquivos audiovisuais*, obra organizada pelas pesquisadoras Nádia Maria Weber Santos e Ana Luiza Coiro Moraes. Concebido a partir de uma pesquisa sobre a memória e o patrimônio da Fundação Piratini que iniciou em 2014, o livro surge da necessidade de se expandir o entendimento sobre como a TV pública e seus produtos são estudados no campo acadêmico. A publicação, que é dividida em três partes, reúne artigos que pensam essa modalidade de emissora sob diversos ângulos, desde sua função educativa até seu papel na construção e salvaguarda da memória social e coletiva de uma sociedade. Lançado no mesmo ano em que foi aprovada a extinção da Fundação Piratini, responsável pelas atividades da FM Cultura e da TV Educativa, o livro hoje ganha ainda mais relevância. Segundo o artigo que abre a primeira parte, escrito

pelas próprias organizadoras, o acervo da TVE conta com mais de 16 mil fitas, constituindo potencial patrimônio histórico e cultural da sociedade gaúcha – por isso, mereceria mais atenção e cuidado de órgãos governamentais. As autoras denunciam a precariedade da manutenção dos documentos, o que acontece devido à falta de investimentos e de funcionários, entre outros fatores. Essa denúncia reaparece em outro artigo, já na segunda parte do livro, que também analisa o acervo audiovisual da TVE e ressalta a importância de uma atitude transformadora, sugerindo alternativas para as questões arquivísticas envolvidas. Dentre elas, a criação de novos planos de ação emergenciais que visem a minimizar os riscos de deterioração deste material e, principalmente, a mudar a cultura institucional, para que sejam estimulados projetos de parceria que mantenham o acervo, tornando-o mais acessível e, consequentemente, preservando parte da memória da televisão e da cultura gaúcha e brasileira. (Natalia Henkin)



A persistência da memória

Zilá Bernd
São Leopoldo: Besouro Box, 2018
172 páginas | R\$ 45 (preço médio)

A herança na literatura

A persistência da memória, da pesquisadora e doutora em letras Zilá Bernd, é um compilado de artigos que tratam de romances memoriais e de filiação de escritores das literaturas brasileira, antilhana e quebequense, relacionando os conceitos de anterioridade (quando o narrador recorre à família ou a um personagem mítico para falar de si) e interioridade (quando o autor fala de si pela perspectiva autoficcional). Na primeira parte, a autora apresenta as teorias da memória cultural, inter e transgeracional. Na segunda parte, Bernd analisa as obras de autores brasileiros, como Conceição Evaristo, Eliane Brum, Adriana Lisboa e Moacyr Scliar, antilhanos, como Simone e André Schwartz-Bart, e quebequenses, como Louise Dupré e Francine Noel. Por fim, a pesquisadora propõe uma reflexão sobre o imaginário das Américas e os conceitos de memória social e coletiva, incluindo aquilo que foi apagado ou esquecido pelos poderes hegemônicos da sociedade. Com termos conceituais, a princípio um pouco

confusos, como romance memorial e de filiação e saga, mas que se mostram acessíveis na medida em que as obras são destrinchadas, Bernd consegue deixar clara a transformação que os romances sofreram nesses três lugares. Após a saturação do “eu”, a produção literária voltou-se para a exploração da anterioridade, da conexão com os antepassados e da herança que eles deixavam, que pode ser herdada ou negada pelo narrador presente. Em *Olhos d'água*, por exemplo, de Conceição Evaristo, a narradora não consegue lembrar da cor dos olhos da mãe, ela apenas recorda de momentos em que a mãe estava sempre com os olhos úmidos. Conceição também evoca em suas narrativas a ancestralidade da mulher negra que veio sob a condição de escrava para o Brasil, e as consequências disso para as gerações seguintes. Assim, *A Persistência da Memória* trabalha todos os outros autores, evidenciando o que há de herança e negação da memória cultural nas personagens das narrativas. (Bárbara Lima)



Arranjos de saudade

Memória Festivais universitários de MPB reuniram músicos de todo o país nos anos 1960

“Não desdenhe deste arranjo/ Que desta saudade eu manjo/ Na minha nuvem não mora qualquer anjo”. Depois de terminar a apresentação da música *Sim ou Não*, o cantor e compositor Raul Ellwanger e seu conjunto, Os Redondos, foram aplaudidos de pé pela plateia que lotava o Salão de Atos da UFRGS naquele junho de 1968. Na época com 20 anos e cursando direito na PUCRS, ele ainda não estava acostumado com grandes públicos, como aquele que prestigiava a final do I Festival Universitário de Música Popular Brasileira. O que não foi um problema: “Eu era bastante jovem, mas bastante cara de pau”.

Esse foi o primeiro dos três eventos carinhosamente apelidados de “Festivais da Arquitetura”, pois foram organizados por estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Eram festivais universitários competitivos de composições de MPB, realizados no formato que, na época, já era usual no centro do país: os compositores enviavam uma fita com a música que desejavam inscrever e os selecionados participavam de audições eliminatórias. Os que passassem se apresentavam em uma noite final.

Nessa primeira edição, o evento foi transmitido ao vivo por diversas emissoras de rádio e pela extinta TV Piratini. Os músicos contavam com o apoio de uma orquestra formada por instrumentistas da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Osipa), sob regência do maestro alemão Alfred Hulsberg. Das 36 canções finalistas, 13 foram premiadas; entre elas estava *Sim ou Não*, de Raul.

No segundo Festival da Arquitetura, em 1969, o cantor e compositor teve novamente uma música classificada. Entretanto, desta vez, não pôde comparecer. “Se eu me apresentasse ia ser preso. Estava foragido. Eles estavam me esperando lá e iam me pegar, os cidadãos aqueles”, ironiza sobre os militares.

Depois da instauração do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, artistas viveram momentos difíceis no país. Raul, que participava ativamente da movimentação política contra o regime, teve que se exilar. César Dorfmann, compositor, arquiteto e amigo de Raul, lembra

com aperto das preocupações por que passou: “Ele estava no Chile, depois foi para a Argentina, mas a gente não tinha notícia aqui. O Raul costumava jogar futebol durante um tempo comigo [antes do exílio]. Depois da abertura, o pessoal foi jogar num sábado à tarde e aparece o Raul. Bah! Foi uma choradeira, porque eu imaginava que ele já estava morto”.

Estudante de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, César teve duas músicas premiadas no festival de 68. Os compositores vencedores tiveram suas canções gravadas no formato de LP, no Rio de Janeiro, por vozes conhecidas da música popular brasileira naquele momento, como Paulo Marques, Mércia e Junaldo. “Foi a glória, né? Comecei como compositor já com duas músicas gravadas”, recorda.

O festival de 69 teve uma organização mais alinhada ao tropicalismo, que estava em ebulição no país. César evoca um grupo de estudantes da USP que se apresentaram vestidos de astronauta: “Esses caras fizeram uma bagunça no palco: eles entraram com uns pacotes de talco e começaram a atirar, fizeram uma nuvem. Só que isso foi parar nos músicos da orquestra. Daí eles levantaram e foram embora, porque estava estragando os instrumentos”.

César, cujo estilo musical discreto não se enquadrava nos excessos tropicalistas, não foi classificado para a final em 1969. Ele confessa que ficou chateado, mas nem por isso deixa de reconhecer a importância que ambos os festivais tiveram para a música gaúcha. “Pela TV, víamos

ao vivo e com muita frequência festivais e programas de MPB realizados em São Paulo e no Rio. Só podíamos ficar bebendo e, ao mesmo tempo, sonhando com o dia em que também estaríamos participando em festas semelhantes. O anúncio do Festival da Arquitetura abria uma fresta para a possibilidade deste sonho, e de imediato já estávamos sonhando”, escreve ele em sua participação no livro *UFRGS Identidades e Memórias: 1934-1994*.

“No famoso DAFA, tinha uma mesa xadrez e umas cadeiras em volta. Era uma sala. Começou com cinco e daqui a pouco tinha 70, 80 pessoas”

Raul Ellwanger

Começo – Anos antes dos festivais, logo após o golpe militar, em 1964, rodas de samba já ocorriam toda sexta-feira à noite no Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA), muitas delas frequentadas por Raul Ellwanger. “O pessoal tomava um vinho, tocava um violão, mostrava músicas,

namorava. Ali, a gente se sentia acolhido, tinha com quem falar, pelo menos. No famoso DAFA, tinha uma mesa xadrez e umas cadeiras em volta. Era uma sala. Começou com cinco e daqui a pouco tinha 70, 80 pessoas”, relembra. Também no cruzamento das ruas Sarmento Leite e Oswaldo Aranha, mas do outro lado da rua, a “esquina maldita” reunia jovens dispostos a conversar sobre política, cultura, arte e música. Dentro do Câmpus Centro da UFRGS, no Bar da Filô, “se discutiu até o sexo de Nossa Senhora de Caravaggio”, diverte-se Raul. Todos esses pontos de encontro despontavam como uma espécie de válvula de escape à falta de liberdade de expressão imposta pelo regime.

O interesse por eventos musicais foi crescendo e os alunos da Arquitetura passaram a organizar, a partir de 1965, festivais não competitivos de MPB que ficaram conhecidos como Arquisamba. Estes trouxeram para o palco do Salão de Atos da UFRGS e do Cinema Cacique, na Rua dos Andradas, – locais onde aconteciam as apresentações – grandes nomes da música brasileira, como Chico Buarque, Vinícius de Moraes, Nara Leão e Edu Lobo. “Essa geração toda, que hoje são os papas dos mais jovens, praticamente começou em festivais”, conta César. No total, cinco Arquisamba foram realizados, sendo o último em 1968, mesmo ano do primeiro Festival da Arquitetura. “Das rodas de samba foi para o Arquisamba e deste resolveram fazer um festival nacional. Foi uma coisa muito bonita! Veio muita gente de todo o Brasil.

Os coitados vinham do nordeste, desciam no aeroporto com camiseta sem manga e quase morriam com o frio aqui em Porto Alegre. Teve um cara que foi parar no hospital, até, com indício de pneumonia”, lembra.

O último – A ideia do DAFA era tornar o Festival da Arquitetura anual, mas, após a edição de 1969, a situação política do país se complicou e o terceiro só foi acontecer 14 anos depois, em 1983. César novamente participou, mas como organizador. A iniciativa, orgulha-se, saiu de dentro de seu escritório de arquitetura – muitos dos estudantes que estagiavam com ele eram da UFRGS. Entre um projeto e outro, certo dia, ele contou aos estagiários suas histórias sobre os Festivais da Arquitetura. “Os caras pararam de trabalhar e sentaram ao redor da minha mesa para ouvir. Vários deles eram do diretório. Uns dias depois eles trouxeram a direção do DAFA e disseram: “Nós queremos fazer outro festival”.

O evento do início dos anos 1980 mais uma vez lotou o Salão de Atos e mobilizou jovens compositores de todo o país. O sucesso, entretanto, não é opinião unânime entre os amigos. “O César, coitado, fez todo um esforço, mas já não correspondia à época. Não adianta inventar. É que nem voltar a namorar a namorada de quando tinha 15 anos. Não rola mais”, brinca Raul.

Henrique Moretto,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Em apresentação no Salão de Atos, Raul Ellwanger com Homero Lopes ao violão e Alfredo Holzberg na regência da orquestra



DESTAQUE



Na inauguração do Centro Cultural, em agosto, uma amostra das atividades oferecidas

Centro Cultural da UFRGS oferece variada programação

Para quem deseja conhecer o recém-inaugurado Centro Cultural da UFRGS, uma boa oportunidade, a partir de agora são as visitas guiadas, realizadas em parceria com o Museu da UFRGS. Elas acontecem de forma teatral, para contar e ilustrar o histórico do local. Haverá também o projeto *Conta Mais*, que consiste em sessões de contação de histórias para todas as faixas etárias, com o propósito de estimular o interesse pela leitura.

Outra atividade permanente são as exposições do *Et Alii* – Acervo, Documentação e Pesquisa em Artes – órgão auxiliar do Instituto de Artes da UFRGS fundado em 2012 e que é tema do Caderno JU desta edição. A mostra inaugural ocupa duas salas conjugadas no segundo andar do Centro Cultural e contém objetos, obras e documentos dos artistas visuais Alfredo Nicolaiewsky, Anico Herskovits, Mário Röhnelt e Paulo Gomes. Além disso, cerca de 170

obras do ceramista, desenhista e professor Rodrigo Núñez estão, até dezembro no piso térreo, na exposição *Para Ganhar Tempo: o inventário como estratégia*. Os trabalhos são feitos em diferentes técnicas e estão divididos em cinco séries: *Coisas que amortecem uma queda*; *Coisas que dão equilíbrio*; *Coisas que desequilibram*; *Meus pequenos fantasmas*; e *Coisas para pensar durante a travessia*.

O Centro Cultural também promove, a partir de agora, oficinas de pintura em aquarela e de escrita criativa. A primeira terá módulos voltados para os públicos adulto e infantil. Já a de escrita criativa terá dois segmentos: poesia (dividida entre verso livre, metro, rima e ritmo) e ficção (dividida entre contos e infantil).

Novo espaço para a cidade
Internamente, o edifício que antes abrigava o Instituto de Química Industrial e que era composto por salas de aula e

laboratórios, agora é formado por auditórios, espaços expositivos e estúdios de gravação. As atividades oferecidas pelo próprio centro serão gratuitas para toda a população, funcionando como um elo entre a UFRGS e a comunidade. A programação, ainda a ser ampliada, contará com palestras, oficinas, exposições e minicursos e será dividida entre atividades temporárias e permanentes, ambas sempre relacionadas a artes visuais, teatro, dança, música, literatura, educação e humanidades. Atividades oferecidas por parceiros usando os espaços do Centro Cultural podem ter custo de inscrição.

A programação pode ser acompanhada pelo facebook.com/CentroCulturalUFRGS/, e as inscrições podem ser feitas pelo e-mail centrocultural@ufrgs.br. O Centro Cultural fica na avenida Eng. Luiz Englert, no Câmpus Centro da UFRGS, e está aberto à visitação de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h.

CINEMA

O cotidiano e a cidade como poesia

A mostra busca estabelecer uma desconstrução do nosso olhar frente a um cotidiano em que a velocidade enfraquece nossa capacidade crítica e sensível do mundo. Na Sala Redenção, com entrada franca.



O QUE ESTÁ POR VIR
Mia Hansen-Love | França, Alemanha | 2016
102min
Nathalie era uma mãe de família e professora de filosofia realizada, até que toda a sua vida começa a ruir. Sessões: 17 e 21 de setembro, 19h; 21 de setembro, 16h



COLUMBUS
Kogonada | EUA | 2017
104min
Jin encontra-se na cidade de Columbus para acompanhar o pai, gravemente doente. No hospital, conhece Casey, uma jovem que, para cuidar da mãe, decidiu não perseguir os seus sonhos.

Sessões: 17 e 21 de setembro, 16h

MÚSICA

Recitais

Local: Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS

SARAU NO IA
Apresentações: 17 de setembro, 12h30; 24 de setembro, 17h30
Entrada franca

SARAU DA CLASSE DE CORDAS DO DEMUS
Apresentação: 26 de setembro, 17h30
Entrada franca



RECITAL DO DUO ANIMA VOX
Formado pela soprano Carole Ott e pelo flautista Tadeu Coelho (EUA)

Apresentação: 29 de setembro, 18h
Entrada franca

TEATRO

Mostra TPE – Teatro, Pesquisa e Extensão



NINGUÉM FALOU QUE SERIA FÁCIL

Em cena, oito artistas apresentam figuras familiares para discutir paternidades falhas e maternidades idealizadas e como isso afeta sua geração.

Apresentações: todas as quartas-feiras de setembro, às 12h30 e às 19h30
Local: Sala Qorpo Santo
Ingresso: retirada de senhas no local uma hora antes de cada apresentação
Classificação indicativa: 13 anos

MOSTRA DE TEATRO DAD 2018 – DAD 60 ANOS

A GAIVOTA

Atrizes que vivem suas aflições junto com os personagens da peça que estão montando. Em meio à vida monótona, os personagens buscam seus sonhos vivendo entre o trágico e o cômico, com muita conversa e pouca ação.

Apresentações: 27 de setembro, 20h; 28 de setembro, 16h e 20h
Local: Sala Qorpo Santo
Ingresso: retirada de senhas no local uma hora antes de cada apresentação
Classificação indicativa: 10 anos



SÁFICAS

Uma história sobre cinco mulheres que se encontram e sobre o amor que passeia entre elas. Uma tentativa de sonhar enquanto o mundo explode lá fora.

Apresentações: 28 de setembro, 20h; 29 de setembro, 16h e 20h
Local: Sala Alziro Azevedo
Ingresso: retirada de senhas no local uma hora antes de cada apresentação
Classificação etária: 14 anos

EXPOSIÇÃO



A VIDA NOS COLETIVOS URBANOS

A mostra do fotógrafo Cláudio Macedo apresenta um conjunto de fotografias em que o tema central é o interior das viagens nos ônibus de Porto Alegre, convidando os espectadores a refletirem sobre as nuances do cotidiano nos coletivos.

Visitação: até 06 de outubro
Local: Museu da UFRGS

QUEM QUER BRINCAR NO MUSEU?

A exposição é uma atividade integrada entre museólogos, pesquisadores, brinquedistas e a equipe da brinquedoteca, em virtude dos 20 anos do Programa Quem Quer Brincar e da Brinquedoteca da UFRGS. Além da exposição, haverá também mostra de acervo e contação de histórias.

Visitação: 18, 19 e 21 de setembro, das 8h às 20h
Local: Museu da UFRGS



OBRAS EM RESERVA – ACERVO ARTÍSTICO DA PINACOTECA BARÃO DE SANTO ÂNGELO

O acervo apresenta uma quarentena de pinturas e esculturas divididas em grupos como os gêneros natureza-morta, paisagem, nú e obras abstratas.

Visitação: até 29 de março de 2019, das 9h às 17h
Local: Salão de Festas da Reitoria

ONDE?

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/nº
3308-3034

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
3308-4318

► **Sala Qorpo Santo**
Luiz Englert, s/nº
3308-4318

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 255
3308-4374

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
3308-3390

► **Salão de Festas Paulo Gama**, 110
2º andar da Reitoria

Meu Lugar na UFRGS



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

O segundo lar de Luiz

Todos os dias, a manhã de Luiz começa da mesma forma: chega ao trabalho às oito horas, confere todos os setores do Laboratório, anota em sua planilha o que precisa ser resolvido para que eles estejam em condições de serem usados e, então, repassa essas informações a seus colegas, de forma que as atividades previstas para o dia possam acontecer. É assim que Luiz Pinto Ribeiro, 64, técnico do Laboratório de Pesquisa do Exercício (Lapex), trabalha desde 1981, totalizando mais da metade da sua vida de dedicação ao Lapex. Fundado em 1973, o órgão auxiliar da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid) une no mesmo espaço profissionais da área da saúde e professores, alunos, técnicos e atletas da Escola.

Dividido em seis setores – Avaliação Postural, Biomecânica, Ergometria, Fisiologia e Bioquímica do Exercício, Neuromuscular e Plasticidade Neuromuscular –, o laboratório tem como principais atividades o desenvolvimento de pesquisas e a prestação de serviços à comunidade, como testes de avaliação e preparo de rotinas de treinamento. Além disso, ali também são desenvolvidas atividades paralelas, como palestras e cursos de especialização, realizados por meio de associações com instituições públicas e privadas.

Trabalhar no Lapex era um sonho para Luiz, que, por ter sido desportista na juventude, viu no local uma boa oportunidade de ter contato com a prática esportiva no ambiente de trabalho. Desde então, sua vida profissional se moldou em torno da área, e Luiz descobriu novos significados para a atividade física. Mesmo ingressando no laboratório como técnico, o gosto pela área é tamanho que ele se faz presente de forma integral no laboratório: gosta de participar de tudo, acompanhando todas as etapas das pesquisas e as avaliações realizadas. Para

Luiz, isso possibilita a aquisição de novos conhecimentos: “Eletrocardiograma, por exemplo, é uma coisa que médico costuma fazer, e eu aprendi aqui”, comenta. Sua preferência, porém, é pelo setor de Fisiologia.

Ser o “veterano” no local fez com que Luiz presenciasse diversas mudanças ao longo dos anos no Lapex, como na estrutura, por exemplo. Por inicialmente ter sido instaurado no palco do ginásio da Esefid, o espaço era reduzido. Com a inauguração do Centro de Excelência Esportiva, em 1997, o laboratório foi transferido para o novo prédio, onde segue localizado até hoje. Para o técnico, já é tempo de uma nova casa para Lapex, pois o espaço atual está ficando apertado: “Acho que precisa de mais laboratórios. Os atuais estão ficando menores, porque já há muitos alunos aqui. Tem mais aparelhos também, acho que triplicou desde que eu entrei”. Esse aumento, no entanto, não é visto como algo negativo: “Isso é bom. É um sinal de que há um aumento na procura pela pesquisa”, conclui Luiz com um sorriso no rosto.

Quando questionado sobre qual o significado do Lapex em sua vida, Luiz responde com os olhos marejados: “É o meu segundo lar”. Esse apeço é traduzido nas raízes criadas por Luiz no ambiente de trabalho: mesmo depois de 37 anos, pretende continuar ali por mais tempo; “Eu já poderia ter me aposentado, mas não tem porque eu ficar em casa sem fazer nada se posso estar aqui. Por enquanto não quero, ainda me sinto em condições. Se for necessário, eu saio; do contrário, não. Gosto do trabalho, do ambiente, dos colegas. As pesquisas são boas, eu me dou bem com todo mundo. Tenho muito gosto de trabalhar aqui”.

Isabel Linck Gomes,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Sintonia feminina

**Docência
Pesquisa
em gênero,
sexualidade e
educação como
um caminho
para questionar**

Professora da Faculdade de Educação da UFRGS (Faced), Jane Felipe de Souza lembra com alegria de quando entrou no curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A rotina era dura: pegava dois ônibus e um trem até o câmpus no bairro de Botafogo, na zona sul da cidade. Costumava viajar em pé, já que o embarque era no meio do trajeto das linhas. “Foi muito difícil, mas eu era jovem e aguentava esse tranco”, admira-se. Na primeira semana de aula, aconteceu um “pequeno trauma”: o ônibus que saía da Ilha do Fundão e passava pela Maré foi assaltado. “Lembro que estava com o dinheiro para comprar o livro de anatomia, que era caríssimo. Dei um jeito de esconder debaixo da perna e, quando o assaltante passou, dei os troquinhos para ele. Não levou meu dinheiro para o livro.”

Jane recorda que nos anos 1980, para quem vinha de famílias pobres como a dela, era difícil estar na universidade e que o perfil dos alunos era diferente do que se vê nas instituições públicas hoje. Apesar disso, como estudava perto da Praia Vermelha, era possível “desfrutar” o mar e o bondinho do Pão de Açúcar entre um intervalo e outro. Jane conta que ir para aula de biquíni por baixo da roupa era uma prática comum entre as colegas que moravam na zona sul do Rio.

Durante o curso, gostava das discussões das poucas disciplinas

sobre educação na Psicologia. Segundo ela, na UFRJ daquela época, havia um número significativo de professores psicanalistas; por isso, os outros eixos teóricos eram pouco estudados.

Formou-se em 1985 e fez questão de cursar a licenciatura para poder dar aulas. Experimentou a docência ainda no Rio de Janeiro, ainda na década de 80. Seguiu na área da Educação durante o mestrado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, concluído em 1991.

Sul – Jane conheceu Porto Alegre por conta de um congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e se apaixonou pela cidade. Devido ao frio que fazia em abril de 1987, o casaco mais quente que poderia comprar no Rio de Janeiro não foi suficiente. Mesmo assim, voltou para o Rio convicta de que deveria se mudar. “Gostei da cidade e um ano depois estava aqui, assim que terminei as disciplinas obrigatórias do mestrado.”

A docente admirava a cultura gaúcha quando era criança. Descobriu em uma revista sobre folclore a figura do peão e da prenda. Na adolescência, conheceu uma menina gaúcha que depois veio a ser uma grande amiga. “Lembro que eu era criança e meu pai colocava a minha calça do pijama para dentro da meia como se fosse uma bombacha.” Depois que se mudou, a relação com o Rio Grande do Sul, sobretudo com a capital, ficou mais significativa: “Aqui, tive a minha filha, já no segundo casamento. Construí a minha trajetória profissional e afetiva”.

Entre 1991 e 1995, trabalhou na Universidade Federal de Pelotas. Nessa época ouviu uma palestra da professora Guacira Louro e se encantou com a argumentação sobre as questões de gênero. Prestou concurso para área de Educação Infantil na UFRGS em 1994. “Lembro que não pude assumir imediatamente

porque o governo havia trancado as contratações.” Por isso, ingressou no corpo docente apenas no ano seguinte, quando também iniciou o doutorado sob orientação de Guacira.

Entrou no programa de pós-graduação em 2001 na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, atuando no eixo temático Infâncias, Gênero e Sexualidade. “A gente vem insistindo em mostrar que a escola tem o compromisso com a ampliação do conhecimento. Todo e qualquer tema, assunto ou curiosidade que as crianças e os jovens trazem deve estar na pauta de discussão. Para isso precisamos ter professores e professoras bem formados também nessa área.” Ela reitera a centralidade dos temas que vêm pesquisando: “Em nossa linha de pesquisa, defendemos os direitos humanos fundamentais, discutimos a importância do feminismo, dos movimentos LGBTI e os direitos da infância. Temos percebido um enorme retrocesso no Brasil em relação a esses temas, que podemos chamar de sensíveis no campo da formação docente”.

Jane cursou o pós-doutorado na Universidade de Barcelona, na Espanha, entre 2009 e 2010. Em setembro deste ano, finaliza uma pesquisa realizada em parceria com dois colegas espanhóis que discute maus tratos emocionais, dentro do tema Violências contra as mulheres. A docente conta que o tema surgiu a partir do relato de alunas durante conversas em sala de aula. Jane orgulha-se da produção acadêmica junto aos grupos de estudo de que participa. Com a proximidade da aposentadoria, pretende se dedicar mais à escrita literária, atividade que desenvolve desde 2003 quando começou a participar de oficinas de escrita criativa.

Lucas Borghetti,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



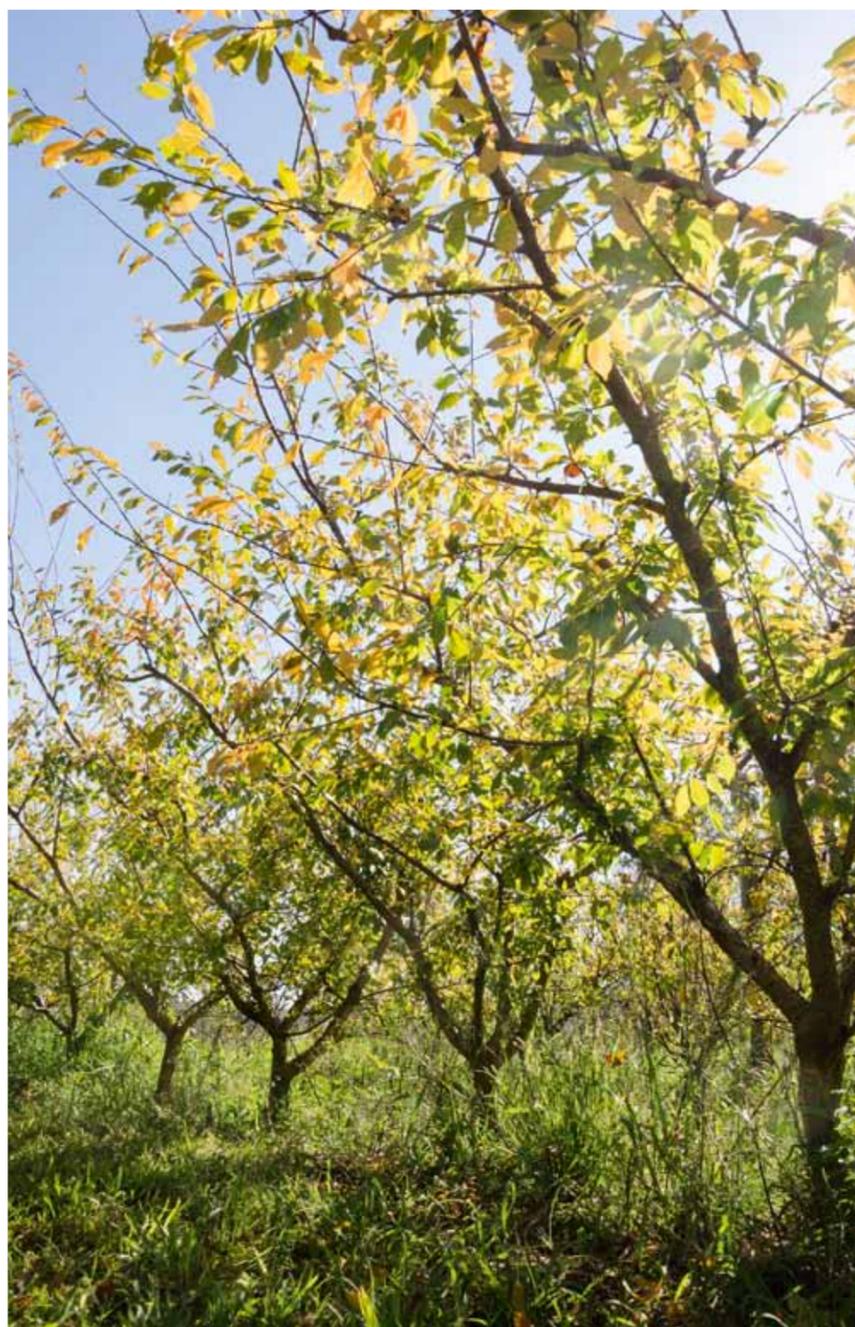
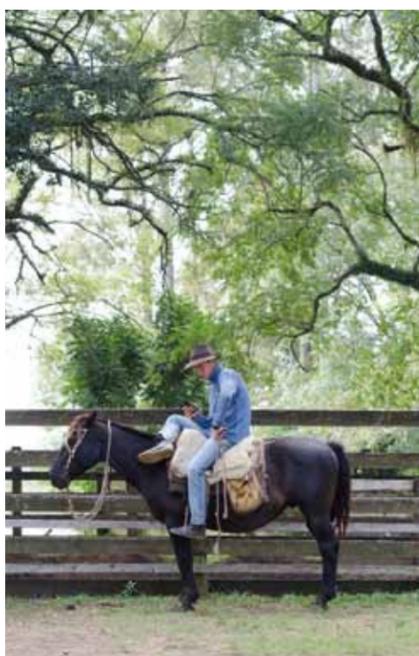
ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



Para aqueles habituados à cidade, fazer uma digressão pela zona rural é um momento de suspensão da lógica do cinza, do ruído de motores e do obstáculo que representam as paredes e os muros. Abre-se uma perspectiva para o quanto a vida urbana pode ser limitadora, apesar de nos oferecer um horizonte mais cosmopolita e pleno de informação e possibilidades. Não há nada como fitar a paisagem dos campos do sul do Brasil e, no ondular verdejante, ter a sensação de amplidão que nos leva de volta à dimensão limitada que temos nós, humanos, diante do que é a natureza – numa sensação semelhante àquela que nos despertam o mar, o cânion, as dunas e outras paisagens caracterizadas pelo horizonte aparentemente infinito. Na Estação Experimental Agronômica da UFRGS, a relação entre humanos, plantas e animais também está posta: é uma convivência necessária à sobrevivência da sociedade como a conhecemos, mas que muitas vezes acaba relegada aos bastidores do imaginário marcado pela urbe. E nada mais campeiro que essa relação; nada mais sulino que esse fenômeno.

Estar no campo

FOTOS **GUSTAVO DIEHL** TEXTO **EVERTON CARDOSO**



GUSTAVO DIEHL

FOTÓGRAFO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UFRGS (SECOM)

EVERTON CARDOSO

EDITOR-CHEFE DO JORNAL DA UNIVERSIDADE E PROFESSOR NO CURSO DE JORNALISMO DA UNISINOS

Memória em arte

Num momento em que a pauta das universidades federais tem sido marcada por cortes, restrições e recuos, a UFRGS tem um motivo para alegrar-se: o projeto do *Et Alii*, órgão auxiliar do Instituto de Artes, dá mais um passo para iniciar o trabalho de digitalização de documentos e obras. Se, neste começo, o foco está nas artes visuais, o plano é que, em breve, sejam incluídas outras áreas, como música e teatro. Aprovado em março de 2012 pelo Conselho Universitário e tema de capa na edição de abril de 2013 do JU, o assunto volta à luz, agora, para tornar-se concreto.

Inicialmente, Alfredo Nicolaiewsky, Anico Herskovits, Mário Röhnelt e Paulo Gomes integram o corpo de artistas cujas coleções serão, aos poucos, organizadas pela Universidade. Futuramente, esse material será doado à instituição. A primeira fase inclui uma exposição que estará em cartaz a partir deste mês no Centro Cultural, recém-inaugurado no Câmpus Centro, e um processo de digitalização e catalogação dos acervos que compreendem mais de 4 mil itens, incluindo a produção própria, obras de outros artistas e documentos de pesquisa. A intenção é que mais acervos sejam absorvidos pelo *Et Alii* já logo depois do começo das atividades – há, até mesmo, disposição de doação por parte de herdeiros de artistas, compositores e outros.

Para dimensionar essa história, procuramos os artistas envolvidos – Mário Röhnelt, no entanto, não pôde participar por questões de saúde. A reportagem também apresenta exemplos de acervos que estão sob a guarda de universidades, a fim de oferecer insumos para uma reflexão sobre a manutenção e organização de materiais em instituições de ensino superior e de pesquisa.

TEXTO BÁRBARA LIMA, EVERTON CARDOSO E FELIPE EWALD

FOTOS FLAVIO DUTRA E ROCHELE ZANDAVALLI

Acervos em constante crescimento



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAR/2013

O *Et Alii* – nome que vem da palavra latina usada para indicar que um texto tem mais autores – surgiu de uma brincadeira entre um grupo de amigos, quase todos envolvidos com artes visuais, que costuma se reunir uma vez por mês para jantar nhoque. “Nas exposições, nós sempre éramos os ‘outros’. Eram o Iberê Camargo, o Xico Stockinger, o Vasco Prado e outros’. Por isso o nome”, diverte-se Anico Herskovits sobre a sensação que tem desde que, artista jovem e iniciante, partilhava espaços de visibilidade com seus pares já reconhecidos. Ela elabora: “Percebemos que nós quatro não teríamos, individualmente, condições de ter uma fundação, mas possuímos acervos bem significativos. Num desses jantares veio a ideia de criar o *Et Alii*”. A grande questão, para os artistas, é o que pode acontecer com seus trabalhos e coleções no futuro, já que não têm herdeiros e anteveem a possibilidade de suas coleções serem desmanteladas, partilhadas e comercializadas. Um caso recente, nesse sentido, foi o material deixado pela artista e ex-professora da UFRGS Cristina Balbão – cuja história foi registrada em matéria no JU em julho de 2011. Quando ela faleceu, sua coleção não teve um destino único e, dessa forma, desfez-se o sentido de unidade daqueles objetos que traduziam o pensamento e representavam indícios de uma trajetória profissional e artística.

No caso dos quatro artistas que ora iniciam o processo de doação de seus acervos para a UFRGS, o que existe é um número significativo de obras de arte, livros e outros documentos que eles acomodam em seus apartamentos e até em residências de amigos que se oferecem para fazer a guarda. Para se ter uma dimensão da necessidade de organização e manutenção desse material, basta mencionar uma situação enfrentada por Anico faz pouco tempo: encontrou fungos em uma de suas gravuras, o que pode representar a perda total de uma obra do gênero. “Tenho medo que as pessoas descartem, porque ninguém iria ficar com algo com fungo. Mas o que produzimos é a nossa vida”, preocupa-se. Essa também é a inquietação que move Alfredo Nicolaiewski a levar adiante a iniciativa: “Gostaria muito que existisse esse lugar de preservação, eu ficaria mais em paz. Não tenho certeza se o meu trabalho é tão bom assim, mas é o que eu fiz. Isso é a minha vida. Então, gostaria que fosse preservado”.

A escolha da UFRGS para doação em vez de um museu é um consenso. Segundo Paulo Gomes, deve-se a uma maior perenidade desse tipo de instituição. “A Universidade, em tese, preza pelo conhecimento, e os projetos consolidados têm continuidade, independentemente de quem ganha as eleições. Nós temos um curso de História da Arte aqui, e os alunos se interessam pela arte gaúcha, mas ainda temos muitas lacunas no tempo, algo que o acervo pode ajudar a preencher”, justifica.

Paulo Gomes, Alfredo Nicolaiewski, Anico Herskovits e Mario Röhneit em suas residências, onde mantêm seus acervos pessoais

Acúmulo e diversidade

A necessidade de um espaço mais apropriado para guardar o acervo de Alfredo é entendida imediatamente por quem entra no apartamento situado no bairro Bonfim. É preciso tomar cuidado ao caminhar, porque os cômodos são cheios de objetos artísticos no chão, nas paredes e nas prateleiras. Na sala, estão penduradas pinturas de paisagens dos séculos XIX e XX que evidenciam a sua apreciação pelo gênero. Há, entre elas, uma variedade que inclui quadros dos pintores gaúchos Libindo Ferrás, Pedro Weingärtner e Oscar Boeira. No sofá, mais obras empilhadas – destaca-se um medalhão de cerâmica de cerca de 50 cm da Fábrica de Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, cujo valor histórico e artístico é significativo. No chão, banquinhos feitos por designers e artistas de diferentes partes do mundo. Numa peça que fica ao lado da cozinha e tem porta para a sala de jantar, o artista armazena parte importante de sua coleção, no que se parece muito a uma reserva técnica de museu. Lá, há gavetas abarrotadas e muitas obras acondicionadas em plástico bolha, como se prontas para serem transportadas, tudo

para manter a coleção intacta. Quando provocado sobre o registro de seu acervo, é categórico: não há praticamente nenhum sistema de inventário e organização.

“Ainda não paramos; compramos nas galerias, em leilões, no brique”, diverte-se sobre o fato de seguir adquirindo mais obras, apesar da limitação espacial. A mais recente compra foi um caderno de desenhos do artista sul-rio-grandense Pedro Weingärtner (1853-1929). “Estava na galeria, perdido entre milhares de coisas!”, exclama. E sentencia com a experiência de quem já conseguiu recuperar muitas raridades até mesmo nas circunstâncias mais improváveis: “Procurando, é possível achar obras incríveis”.

Gravurista com passagem como professora de sua especialidade no Instituto de Artes, Anico tem um acervo majoritariamente composto por gravuras dela e de outros artistas, além de aparatos e ferramentas necessários a essa técnica. Em 2013, Mário Röhnel avaliou, em reportagem feita pelo JU: “O que acho interessante no trabalho da Anico é que ela faz muitos desenhos preparatórios. Mas ela já

colocou muita coisa no lixo por não ter onde guardar”. Esse descarte é confirmado pela artista, que relata já ter doado a pessoas próximas pastas com estudos que, depois, resultam em obras. “O *Et Alii* é para isso, para guardar esse tipo de material”, destacou Mário naquela ocasião em que o órgão era apenas uma intenção e um texto aprovado por uma instância universitária.

O acervo que Mário destina ao *Et Alii* inclui o de Milton Kurtz (1951-1996) e também tem uma relevância bastante específica: traz um conjunto de obras e documentos que permitem a recuperação de uma movimentação significativa da produção artística sul-rio-grandense sobretudo entre os anos 1970 e 1990. Uma das experiências mais relevantes que se pode acessar a partir desse material é o Espaço N.O., um coletivo que agitou a cena local e posicionou artistas que pretendiam romper com a lógica dominante naquele momento. “Lá aprendemos a nos tornar artistas e pessoas públicas, atuantes a partir das nossas profissões e vocações”, declarou Mário cinco anos atrás ao JU.

Registros históricos

No apartamento de Paulo, a infiltração nos dias de chuva se soma à falta de espaço para manter de forma mais adequada os documentos que ele acumula em seu arquivo. Além disso, os livros tomam conta do escritório e da sala. Há de tudo referente à arte, em especial à produção feita no Rio Grande do Sul. Nas gavetas, estão documentos dos mais diversos tipos e cuja aparente desordem, no fundo, explicita um anseio de registro do que acontece no campo artístico. Há, por exemplo, convites e cartazes impressos de exposições. Ele faz questão, inclusive, de mostrar alguns que são em si obras de arte, pois são gravuras criadas especialmente para esse fim. “Essas coisas não podem ir fora. Hoje em dia, quem está guardando os convites digitais de exposições? Isso pode deixar buracos na história da arte gaúcha no futuro”, alerta.

Para demonstrar a importância de se manter uma coleção como a que acumulou, o docente do Instituto de Artes da UFRGS também cita o caso da revista *Artis*, que teve sete números no início dos anos 1980. “Hoje se alguém for procurar essa publicação, não encontra”, avisa. A partir do material que coletou, entretanto, ele conseguiu

produzir um artigo que agora registra a existência desse periódico e traz elementos para se entender o lugar que ele ocupa no percurso histórico das artes visuais na capital.

Ainda, entre as lacunas que podem ser preenchidas com o material que guarda, o pesquisador aponta a questão dos pintores negros no Rio Grande do Sul, já que há um silenciamento quase generalizado sobre o tema. Entre os casos mais notórios está Wilson Tibério (1920-2005), que, voltado para temáticas afro-brasileiras, transitou pelo Brasil, pela Europa e pelos Estados Unidos. São temas que carecem de uma pesquisa mais aprofundada e sobre os quais Paulo busca juntar material a fim de subsidiar a escrita. “Você precisa catalogar e ter documentos para saber quem pintava em determinada época. Existiam negros pintando? Mulheres?”, sintetiza sobre um processo que, depois, tem como resultado a história da arte.

Em se tratando de artistas e suas trajetórias, também está em jogo a possibilidade de nomear e ajustar títulos de diversas obras relevantes para a história da arte no Rio Grande do Sul. “Uma vez encontramos pinturas do Libindo Ferrás, um dos criadores do Instituto

de Artes da UFRGS, que estavam identificadas como *Paisagem 1*, *Paisagem 2*, etc. Acharmos estranho, porque, em 1910, ninguém chamava assim. Depois de pesquisar, descobrimos que os títulos verdadeiros faziam referência ao movimento simbolista, como *Nuvens de estio*. Eram títulos maravilhosos”, conta.

Também pelo acervo artístico, sua coleção é relevante. Na sala, em destaque, é possível ver duas de suas predileções: pinturas com retratos e autorretratos e uma seleção de cerâmicas de artistas gaúchos dos anos 1950 e 1960. No corredor, aramados abrigam uma coleção de quadros; no fundo da peça, também ele conserva uma espécie de reserva técnica, onde estão armazenados objetos diversos, como desenhos do século XIX. Para se ter noção da diversidade do acervo, basta citar que há trabalhos de artistas tão diversos como o ítalo-brasileiro Eliseu Visconti (1866-1944), responsável por obras como a pintura do teto do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, e a gaúcha Alice Soares (1917-2005), desenhista e gravurista conhecida por suas séries que retratam ‘meninas’ e que também atuou como professora da UFRGS.

Uma referência internacional

A localização e organização de acervos não é uma questão apenas para artistas porto-alegrenses. Um caso que pode servir de parâmetro para se dimensionar o quanto esses processos são complexos e trabalhosos é o do pintor fluminense Candido Portinari (1903-1962). Mundialmente famoso por trabalhos como *O lavrador de café*, *Os retirantes* e, sobretudo, pelos painéis *Guerra e Paz*, que estão na sede da ONU, em Nova York, teve seu legado recuperado a partir da iniciativa de João Portinari, seu filho.

Até o momento, o fruto mais importante dessa tarefa foi a elaboração de um catálogo raisonné, livro que reúne toda a obra de um artista. Durante 25 anos, João se dedicou a localizar as 5.400 obras de arte do pai, muitas delas pertencentes a colecionadores estrangeiros. De acordo com o professor aposentado de Matemática da PUC Rio, a ideia surgiu quando, ao viajar para Nova Iorque, percebeu que o Museu de Arte Moderna (MoMA) tinha mais informações sobre o trabalho de Portinari do que qualquer instituição brasileira. “Decidi iniciar esse projeto, e foi algo extraordinário! Tivemos muito apoio. Quando as pessoas dizem que o Brasil não tem memória, isso não é verdade”, reflete.

Para publicar os cinco volumes lançados em 2004, a equipe teve de ir atrás das obras em mais de vinte países. O projeto teve apoio de entes públicos, como a Finep e o Ministério das Relações Exteriores, de órgãos internacionais, como a Unesco e a ONU, e também de empresas, caso da companhia aérea Varig – cujas atividades se encerraram em 2006. “Mesmo o México, que é apaixonado pelos

seus pintores, não conseguiu o que fizemos naquela época”, pondera João.

Além do catálogo, o projeto Portinari, que hoje conta com um espaço na PUC Rio, possui mais de 30 mil documentos, 6 mil cartas que o artista trocou com seus contemporâneos, 1.200 fotos e 130 horas de gravações com entrevistas. Esse material, de acordo com João, atualmente está organizado e disponível para ser utilizado por pesquisadores e tem resultado em pesquisas de mestrado e doutorado. Parte importante disso, inclusive, está disponível no site do projeto. A equipe – que já foi de 15 pessoas, mas agora conta com apenas três – atende investigadores que vão ao acervo, ministra palestras e faz exposições itinerantes nos lugares mais remotos do país. Mais recentemente, a iniciativa tem tido um acento pedagógico, segundo João: “Tínhamos que dar um propósito para tanto trabalho, então o projeto também leva a arte a crianças e jovens”.

Para João, que estará na UFRGS este mês para uma conferência no Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), o resgate não é apenas de um artista visual, mas de alguém que retratou com muita propriedade o seu país, um material que não poderia se perder no tempo. “Eu olho as 5 mil obras e vejo temas sociais, históricos, religiosos, temas da cidade, do campo, de festas populares. Um grande e majestoso retrato do Brasil”, avalia. O resultado de anos de pesquisa emociona o filho do pintor: “Para mim, o Projeto Portinari já virou uma forma de viver. Foi um salto no escuro. Meus amigos achavam que eu estava louco, mas hoje eu vejo como valeu a pena”.

Conservar e refletir



FOTOS: ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

Obras dos acervos de Alfredo, Anico e Paulo

A relação de universidades brasileiras com acervos de artistas e intelectuais não é um fenômeno recente. Em 1962, por exemplo, criava-se, na Universidade de São Paulo (USP), por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), cujo acervo, atualmente, é formado por 91 fundos e coleções, além de documentações avulsas. Ao todo, são aproximadamente 450 mil itens no Arquivo, que organiza documentos textuais e audiovisuais, 180 mil livros na Biblioteca e 8 mil objetos na Coleção de Artes Visuais, a qual reúne desenhos, gravuras, óleos, aquarelas, esculturas, matrizes, objetos tridimensionais, além de uma seção de Cartografia Histórica. Entre outros, estão representados os artistas Alberto Guignard, Anita Malfatti, Candido Portinari, Cícero Dias, Clovis Graciano, Emiliano Di Cavalcanti, Ismael Nery, Livio Abramo, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.

Segundo informa o vice-diretor do instituto, Paulo Iumatti, a relevância da coleção é expressa pela quantidade de empréstimos nacionais e internacionais – mais de 170 obras entre 2014 e 2016. Na sua opinião, a universidade é um local fundamental para que esses acervos sejam revertidos à sociedade por meio de uma reflexão crítica sobre o patrimônio cultural, artístico e intelectual do país.

Artes visuais – A Coleção de Artes Visuais do IEB se formou a partir de 1968, com a aquisição do acervo Mário de Andrade. Na sequência, foram sendo incorporados acervos pessoais de outros escritores, intelectuais e artistas, seja por intermédio de doações e compras, seja como resultado do trabalho de pesquisa dos docentes ligados ao instituto.

Além dos trabalhos, há também itens que refletem o processo de produção dos artistas. Paulo Iumatti destaca o fundo arquivístico e a coleção Anita Malfatti. O primeiro, com cerca de 2 mil documentos, inclui textos, manuscritos, cartas, diplomas, catálogos de exposições, livros de assinaturas dos visitantes, recortes de jornais, fotografias familiares e de obras de arte. Já a coleção contém matrizes de gravura em metal, cadernos de desenhos, quadros sinóticos e desenhos preparatórios.

Ainda que não divulgue o valor investido pela USP no instituto, o vice-diretor garante que o laboratório de conservação e restauro tem toda a infraestrutura necessária para a manutenção do acervo. Além disso, acrescenta, o IEB acaba de se mudar para um prédio que possui amplas condições de acomodar

novas doações e aquisições – “embora tenhamos no momento um quadro excessivamente restrito de funcionários técnicos”, adverte.

A estrutura do IEB inclui, ainda, um setor de digitalização que conta com um documento balizador em que estão estabelecidos os padrões adotados no instituto para criação dos arquivos digitais e sua disponibilização online. Essa profissionalização do acervo passa também pela redação, em 2009, da *Política de acervo para o IEB*, em que constam as diretrizes que regem a decisão de incorporar novas coleções e o planejamento em relação aos itens sob sua guarda. A partir desse marco, o instituto assume o compromisso de garantir a plena disponibilização do material, seguindo uma política de universalização de acesso.

Escritores – No Rio Grande do Sul, encontramos instituições de guarda já consagradas, como o DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural, mantido pela PUCRS, e o Memorial Jesuíta da Biblioteca da Unisinos, que recentemente recebeu o acervo do escritor, jornalista e músico Luis Fernando Verissimo, composto por 1.159 títulos de periódicos e 382 livros, além de manuscritos, rascunhos, originais com notas nas margens, esboços de cartuns, ilustrações inéditas e documentos audiovisuais.

A peculiaridade dessas instituições, como se observa pela doação mais recente, é sua ênfase em escritores e intelectuais, não contemplando artistas visuais. No Memorial Jesuíta, as coleções pessoais contêm documentos do romancista e ensaísta Vianna Moog e do ambientalista José Lutzenberger, por exemplo.

Conforme a bibliotecária da Unisinos, Vanessa Borges Nunes, embora a instituição esteja sempre aberta à oferta de doações, o espaço físico é limitado. “Portanto, todas as propostas são avaliadas mediante critérios definidos em nosso Plano de Desenvolvimento de Coleções”, explica. A infraestrutura disponível não permite realizar a restauração de obras, apenas garante a conservação adequada das coleções: monitoramento das condições ambientais e higienização simples das peças recebidas antes de serem incorporadas ao Memorial.

Para a universidade, reflete Vanessa, a relevância em manter os acervos está em tornar pública uma informação que antes ficava restrita apenas às famílias e a poucos conhecidos que tinham acesso à coleção particular de um artista ou intelectual. Assim, realça a bibliotecária, a instituição colabora para a preservação da história e para a disseminação artística e cultural.